



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍTIO:
DEPENDÊNCIA, IMPERIALISMO E HEGEMONIA.**

JANAINA FONSECA NOLASCO

Foz do Iguaçu
2022



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍCIO:
DEPENDÊNCIA, IMPERIALISMO E HEGEMONIA.**

JANAINA FONSECA NOLASCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Romero Wimer

Foz do Iguaçu
2022

JANAINA FONSECA NOLASCO

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍTIO:
DEPENDÊNCIA, IMPERIALISMO E HEGEMONIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Janaina Fonseca Nolasco

Curso: Relações Internacionais e Integração

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais	
	<input type="checkbox"/> _____	

Título do trabalho acadêmico: INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍTIO: DEPENDÊNCIA, IMPERIALISMO E HEGEMONIA.

Nome do orientador(a): Fernando Romero Wimer.

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho aos meus avôs, Vilmar Pereira da Silva e Wilson Nolasco (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Minha jornada acadêmica nunca foi linear em muitos sentidos, mas ninguém espera uma pandemia mundial na metade da graduação. A pausa causou muitas dores, mas há sentimento pior: o fim. Muitas despedidas foram feitas nesses últimos dois anos, de longe sem nem um último abraço. Agradeço, primeiramente, as duas pessoas que mais esperavam me ver pegando o diploma e não tiveram essa oportunidade, meus avôs, Vilmar Pereira da Silva e Wilson Nolasco (*in memoriam*).

Esse trabalho só teve sua conclusão graças à compreensão e carinho de muitas pessoas, entre elas meus familiares próximos. Agradeço por todo o suporte à minha educação desde o início da minha formação aos meus pais Tatiana Fonseca Nolasco e Gilson Nolasco. Por minha visão de mundo e muitos dos meus valores, agradeço minhas avós, Amadina Armesto Nolasco (*in memoriam*) e Joaquina Fonseca.

Devo muito da minha saúde mental, também, ao meu orientador e professor Fernando Romero, que por diversas vezes foi compreensivo com minha situação e contribuiu para o meu interesse e motivação pelo tema dessa monografia. Agradeço a dedicação e o tempo reservados a corrigir meus erros e orientar minha pesquisa, apesar das dificuldades que encontrei no caminho, sua orientação fez esse trabalho de conclusão possível.

Aos meus amigos e camaradas, muito obrigada por terem vivenciado a universidade comigo tornando a experiência menos solitária e mais aconchegante mesmo longe de casa. A todos meus mestres, agradeço pelas contribuições de cada um na minha formação, um obrigado em especial ao professor Fábio Borges que me acompanhou na Iniciação Científica e em outros momentos acadêmicos.

Deixo aqui minha imensa consideração com minha psicóloga, Fernanda da Cunha, que me acompanha o início dessa graduação, muito obrigada por fazer bem mais que sua obrigação profissional comigo. Agradeço, também, a compreensão e orientação dos meus supervisores de estágio, em especial, da minha última supervisora, Lígia Leite, que acompanhou meus momentos finais na universidade.

Em contradição, termino agradecendo o fim que, além de ser dolorido, é necessário. Apesar de todas as minhas experiências serem finitas, eu tenho orgulho de mim por ter passado cada uma delas.

*O Império abaixo do Céu, após um longo período de divisão,
deve ser unido; após um longo período de união deve ser
dividido. Assim tem sido desde sempre.*

Luo Guanzhong

RESUMO

O Triângulo do Lítio, composto por Argentina, Bolívia e Chile, é uma região estratégica devido a quantidade de reservas de lítios identificadas em suas salinas e pelo uso intensivo do mineral para a fabricação de baterias. Nos últimos anos, identifica-se dois principais novos fatores para entender as relações de dependência e o imperialismo do capital estrangeiro nessa região: o ressurgimento chinês e a mudança climática. Este trabalho tem como escopo entender a entrada de capital chinês na América Latina a partir do IED chinês na extração de lítio no Triângulo do Lítio. Pretendeu-se, assim, mapear a presença do IED chinês nas empresas que exploram o lítio na região e compreender a atuação das empresas receptoras e investidoras nas relações de dependência na era imperialista do capital. Foram utilizados dados macroeconômicos, dados das transações do IED chinês, relatórios e informações oficiais das empresas, além dos conceitos de dependência, imperialismo e hegemonia. A entrada de IED chinês vem acompanhado da retirada de capitais como uma perda de influência dos aliados da hegemonia estadunidense na região, representando mais um sintoma da transição hegemônica no sistema capitalista. Por fim, essa troca significa formação de um monopólio ainda maior por parte do capital financeiro, já que as empresas chinesas estão atreladas à produção no setor do lítio e têm interesses conflitantes com as questões econômicas, ambientais, sociais e de respeito às identidades tradicionais na região.

Palavras-chave: lítio; Triângulo do Lítio; China; IED; dependência.

RESUMEN

El Triángulo del Litio, compuesto por Argentina, Bolivia y Chile, es una región estratégica debido a la cantidad de reservas de litio identificadas en sus salinas y por el uso intensivo del mineral para la fabricación de baterías. En los últimos años, se identifican dos principales nuevos factores para entender las relaciones de dependencia y el imperialismo del capital extranjero en esa región: el resurgimiento chino y el cambio climático. Este trabajo tiene como objetivo entender la entrada de capital chino en América Latina desde la IED china en la extracción de litio en el Triángulo de Litio. Se pretendió, así, mapear la presencia de la IED china en las empresas que explotan el litio en la región y comprender la actuación de las empresas receptoras e inversoras en las relaciones de dependencia en la era imperialista del capital. Se utilizaron datos macroeconómicos, datos de las transacciones de la IED china, informes y datos oficiales de las empresas, además de los conceptos de dependencia, imperialismo y hegemonía. La entrada de IED china viene acompañada de la retirada de capitales canadienses como una pérdida de influencia de los aliados de la hegemonía estadounidense en la región, representando un síntoma más de la transición hegemónica en el sistema capitalista. Por último, este cambio significa la formación de un monopolio aún mayor por parte del capital financiero, ya que las empresas chinas están vinculadas a la producción en el sector del litio y tienen intereses conflictivos con las cuestiones económicas, ambientales, sociales y de respeto a las identidades tradicionales en la región.

Palabras clave: litio; Triángulo de litio; China; IED; dependencia.

ABSTRACT

The Lithium Triangle, consisting of Argentina, Bolivia and Chile, is a strategic region due to the number of reserves identified in its salt lakes and the intensive use of the mineral for the manufacture of batteries. In recent years, two main new factors for understanding dependency relations and the imperialism of foreign capital in this region have been identified: the Chinese resurgence and climate change. This study aims to understand the entry of Chinese capital in Latin America from the Chinese FDI in lithium extraction at the Lithium Triangle. It was intended, therefore, to map the presence of Chinese FDI in companies that exploit lithium in the region and to understand the role of companies that receive and invest within dependency relations in the imperialist era of capital. We used macroeconomic data, transaction data, reports, and official information from the companies, in addition to the concepts of dependence, imperialism, and hegemony. The entry of Chinese FDI comes accompanied by the withdrawal of Canadian capital as a loss of influence from allies of USA hegemony in the region, representing another symptom of the hegemonic transition in the capitalist system. Finally, this exchange develops an even greater monopoly on the part of financial capital, since Chinese companies are tied to production in the lithium sector and have conflicting interests with economic, environmental, social, and traditional identity issues in the region.

Key words: lithium; Lithium Triangle; China; FDI; dependency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Exportações de Carbonato de Lítio no Triângulo do Lítio e Mundo (2017-2021).	21
Gráfico 2 – Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe (1981 - 2021) (milhões de dólares).....	34
Gráfico 3 – Fluxos de IED no Triângulo do Lítio por país (1991-2021) (milhões de dólares).	36
Gráfico 4 – PIB per capita chinês (1979-2021) (dólar a preços correntes).	46
Gráfico 5 – Balança comercial chinesa (1992-2020) (bilhões de dólares americanos).....	47
Gráfico 6 – Investimento Estrangeiro Direto chinês: fluxos interno e externo (1990-2020). .	48
Figura 1 – Mapa do Investimento Chinês no Triângulo do Lítio	54
Tabela 1 – Lítio: recursos identificados e reservas, 2022.....	18
Tabela 2 – IED chinês no Triângulo do Lítio – Investimentos em Lítio (2018 - 2021).....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 LÍTIO: UM MINERAL DE TRANSIÇÃO.....	17
2 CAPITAL FINANCEIRO NO TRIÂNGULO DO LÍTIO	25
3.1 DEPENDÊNCIA E IMPERIALISMO EM UMA CRISE HEGEMÔNICA.....	25
3.2 O IED COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	32
3 O CONSENSO DE BEIJING NO OURO BRANCO ANDINO	44
4.1 A CHINA NA NOVA CONFIGURAÇÃO MUNDIAL	44
4.2 O IED CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍTIO	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Com os avanços da revolução científica-tecnológica, estabelecida na década de 1970, a exploração do lítio apresentou significativo crescimento devido à introdução de aparelhos eletrônicos movidos a baterias de Lítio-íon. No século XXI, somos apresentados a um novo ápice na demanda por essas baterias, e conseqüentemente pelo lítio, com a transição energética e a produção de veículos elétricos. Apesar do lítio ser um mineral com relativa abundância, apenas algumas regiões do globo têm condições economicamente viáveis de extração.

A região das salinas na América do Sul concentra a maior parte das reservas de lítio do mundo. Essa região está localizada nos territórios do Chile, da Bolívia e da Argentina, conhecida como Triângulo do Lítio. A exploração do lítio teve caminhos diferentes nos três países, e, apesar do potencial de extração em todos eles, somente o Chile apresenta um alto valor de exportação de carbonato de lítio.

As relações de dependência construídas na fase superior do capitalismo, o imperialismo, não deixam dúvidas da centralidade do capital financeiro estrangeiro para entender a dependência latino-americana. Essa premissa se repete na análise da realidade das salinas de lítio na América do Sul, já que, assim como com outros metais estratégicos, existe um predomínio do capital estrangeiro (FORNILLO, 2015). Nos últimos anos, identifica-se dois principais novos fatores para entender a dependência nessa região: o ressurgimento chinês e a mudança climática.

A queda das Torres Gêmeas no início do milênio precedida pelo fracasso da invasão estadunidense no Iraque em 2003, demarcaram ainda mais o declínio da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e do sistema unipolar que se esperava após a queda soviética. Por outro lado, o início do século XXI foi marcado por outro grande acontecimento: a entrada da China na OMC que simbolizou o aprofundamento da reabertura econômica chinesa. Desde então, a República Popular da China (RPC) vem apresentando um crescimento econômico incontestável que lhe garante o posto atual de segunda maior economia mundial.

Essa colocação é reflexo das reformas econômicas que o país passou desde 1978, quando Deng Xiaoping assumiu a liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh). O novo modelo econômico possibilitou à China um novo papel no sistema econômico internacional, que multiplicou em mais de 10 vezes seu PIB per capita entre 2001 e 2020 (BANCO MUNDIAL, 2022). Com a reabertura, os fluxos comerciais chineses obtiveram um aumento

considerável tanto nas exportações como importações.

A China se apresenta como um *player* estável e em expansão no Sistema Internacional, cada vez mais fazendo frente à hegemonia estadunidense. Mesmo com a pandemia do COVID-19, a China foi a única entre os dez principais países exportadores a aumentar seus envios (CEPAL, 2021a). Isso levanta a discussão sobre o *status* da China nas relações entre estados em que se questiona o caráter das “relações sul-sul” chinesas, já que o nível de autonomia e poder de negociação que os chineses possuem é muito superior ao que qualquer outro país dependente tenha.

A alta demanda chinesa por recursos naturais fez a RPC assumir o papel de maior parceiro comercial de países com extração mineral e produção agrícola contribuindo com o *boom* das *commodities*. O comércio chinês desbancou o comércio regional e os EUA sendo hoje o maior parceiro na América do Sul, ultrapassando até a antiga relação comercial do Brasil com a Argentina (UNCTAD, 2022). No caso do Triângulo do Lítio, a demanda por recursos está relacionada à produção de baterias pela indústria chinesa que já representava 73% da capacidade da produção mundial seguida pelos Estados Unidos com apenas 12% (FORBES, 2019).

O ressurgimento econômico chinês é contemporâneo a um outro acontecimento recente: a ascensão da agenda das mudanças climáticas e transição energética. Apesar de já existirem esforços prévios a esse período, o Acordo de Paris foi um marco no processo multilateral nas questões climáticas quando adotado em 2015. Nesse mesmo ano, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 como resultado das discussões da Cúpula Rio+20 em 2012.

Dentre os compromissos firmados por mais de 196 países, se destaca a necessidade da redução da emissão de gases de efeito estufa e diminuição da queima de combustíveis fósseis. A transição energética se tornou, então, peça-chave para atingir o desenvolvimento sustentável e metas de cada país em suas Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs). Porém, as tecnologias de transição, ao contrário das tecnologias de geração de energia com combustíveis fósseis, necessitam de uma grande quantidade de minerais.

Com isso em vista, o Banco Mundial (2020) criou a categoria de mineração “climática-inteligente” que incorpora grafite, cobalto e lítio. Com isso, estima-se que a demanda por lítio no ano de 2050 necessitará que a produção registrada em 2018 aumente em 488% (Banco Mundial, 2020). Essa demanda, porém, está mais relacionada ao aumento da demanda por carros elétricos que utilizam baterias de Lítio-íon e nem tanto a produção ou armazenamento

de energia limpa.

O Triângulo do Lítio conta com mais da metade dos recursos identificados e terá um papel importante em atender a demanda pelo mineral nos próximos anos (USGS, 2022). A tentativa de uma nova transição energética em meio à mudança climática e o ressurgimento chinês em um contexto de declínio estadunidense afetam os fluxos de capitais no setor mineral, principalmente metais estratégicos como o lítio. Com isso, a entrada de Investimento Externo Direto (IED) chinês no setor de lítio, considerado um mineral estratégico para a transição energética, se torna peça relevante para as análises do sistema capitalista contemporâneo e suas relações de dependência.

É do escopo deste trabalho entender a entrada de capital chinês na América Latina a partir do IED chinês na extração de lítio no Triângulo do Lítio. Pretende-se, assim, mapear a presença do IED chinês nas empresas que exploram o lítio na região e compreender a atuação das empresas receptoras e investidoras nas relações de dependência na era imperialista do capital.

Os dados utilizados neste trabalho se dividiram em uma perspectiva macroeconômica, com fontes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Ministério do Comércio Chinês (MOFCOM) e Banco Mundial; e uma tabulação dos dados de transações encontrados no Monitor da Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre China, e no *China Global Investment Tracker* da America Enterprise Intitute (AEI). Além disso, foram articuladas informações disponibilizadas pelas empresas investidoras e empresas nacionais em seus relatórios e sites oficiais.

Os dados coletados foram contextualizados nas relações de dependência da América Latina com os centros de acumulação de capital. A partir do entendimento marxista-leninista do conceito de imperialismo, foram revisitados autores da corrente marxista da Teoria da Dependência: Vania Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Considerou-se que os conceitos de imperialismo e dependência são intrinsecamente conectados e explicam, por diferentes lógicas, o mesmo fenômeno do capitalismo financeiro monopolizado.

Se julgou necessário acrescentar o conceito de hegemonia às ferramentas teóricas desse trabalho para entender o contexto do declínio estadunidense e ressurgimento chinês. O conceito gramsciano de hegemonia foi utilizado a partir da leitura de Robert Cox sobre a criação de ordens mundiais.

O presente trabalho se dividiu em três capítulos: o primeiro apresentou o lítio como

mineral de transição. Foi explorada a importância estratégica da região do Triângulo do Lítio, revisado o ciclo produtivo do lítio desde as salinas até sua industrialização e, por fim, observada a presença chinesa na produção de baterias.

O segundo capítulo revisou o papel do capital estrangeiro na região do Triângulo do Lítio. Para isso, foi lembrada a atuação do capital financeiro na América Latina e na região do Triângulo a partir das relações de dependência e da crise hegemônica. Nesse capítulo, distinguiu-se a relevância do IED como mecanismo de análise e apresentou-se a tabulação dos dados encontrados nas bases escolhidas.

No terceiro capítulo entendeu-se a presença chinesa no Triângulo do Lítio a partir do IED. Foi considerado o ressurgimento econômico chinês desde as reformas de Deng e sua repercussão no Sistema Internacional. Foram mapeadas as transações do IED chinês no Triângulo do Lítio e analisadas as empresas receptoras e investidoras.

1 LÍTIO: UM MINERAL DE TRANSIÇÃO

Neste primeiro capítulo introduziu-se o lítio como recurso mineral estratégico no contexto da transição energética e sua importância para a região das salinas na América do Sul. Foram apresentadas características gerais do setor, avaliando sua demanda e disponibilidade ao redor do globo.

O lítio é um metal alcalino, foi classificado em 1817 pelo sueco Johan August Arfwedson e isolado pela primeira vez em 1855 pelo alemão Robert Wilhem Bunsen. Tem o menor tamanho e é o mais leve entre os metais, sua baixa massa atômica causa uma alta carga e potência específica. Sua alta densidade elétrica faz com que as baterias de lítio sejam mais eficientes que a média. Por exemplo, uma bateria de íons de lítio típica pode gerar aproximadamente 3 volts por célula, comparado com 2,1 volts para a bateria de ácido de chumbo ou 1,5 volts de células de zinco-carbono (RODRIGUES; PADULA, 2017, P. 198).

A extração de lítio economicamente viável ocorre como mineral espodumênio (encontrado em rochas) e em salmouras, apesar do mineral ser encontrado em outras formas (ZÍCARI, 2015). Os produtos de lítio comercializados mundialmente são principalmente na forma de óxidos, hidróxidos, carbonatos de lítio e metal lítio (UNCTAD, 2020). A diferença de preço entre a matéria-prima pura e a bateria é significativa: uma tonelada de carbonato de lítio custa cerca de 6.000 dólares americanos, enquanto uma bateria, que utiliza cerca de 10 Kg, custa entre 10.000 e 20.000 dólares americanos. (FORINILLO, 2015).

Com a contínua exploração por novas fontes, os recursos de lítio identificados somam 89 milhões de toneladas mundialmente (USGS, 2022). Apesar disso, nem todos os países com os recursos identificados possuem reservas de lítio com dados registrados, como é o caso da Bolívia conforme a Tabela 1. Isso se deve pela inconsistência dos dados reportados pelo governo boliviano e instituições internacionais.

Tabela 1 – Lítio: recursos identificados e reservas, 2022.

País	Recursos identificados (milhões de toneladas)	Reservas (toneladas)
Bolívia	21	-
Argentina	19	2.200.000
Chile	9,8	9.200.000
EUA	9,1	750.000
Austrália	7,3	5.700.000
China	5,1	1.500.000
Total mundial	89	22.000.000

Fonte: USGS, 2022 (elaboração própria).

Entende-se por recurso a concentração natural do mineral que tem uma potencialidade para extração econômica por sua forma e quantidade. Por outro lado, uma reserva é a parte do recurso que já se encontra em condições técnicas e econômicas para extração. Apesar dos dados sobre os recursos serem mais ou menos estáveis, a quantidade de reservas está sempre em atualização conforme mais projetos de extração são aprovados ou terminados.

A demanda por lítio teve um significativo aumento com os novos avanços tecnológicos. A partir da década de 1950, o uso do lítio teve um crescimento devido ao aumento da demanda para a fabricação de bombas termonucleares, mas só teve um aumento drástico durante os anos 1990 com a produção de telefones e de computadores portáteis (RODRIGUES; PADULA, 2016, P. 2). Segundo o Banco Mundial (2020), a demanda por lítio necessitará que a produção aumente em 488% da produção registrada em 2018 para corresponder a demanda de 2050.

Essa tendência está relacionada com a utilização de “minerais de transição”, com os novos compromissos assumidos em nível internacional como o Acordo de Paris e os objetivos da Agenda 2030 que refletem a urgência de uma transição energética. A transição para uma economia de baixo carbono difere das transições passadas, já que a atual não é necessariamente impulsionada pela tecnologia, mas sim pela pressão social e imposta por regulamentos (HEREDIA; MARTINEZ; URTUBEY, 2020).

Um futuro de baixo carbono necessita, segundo o Banco Mundial (2020), de um uso intenso de minerais, porque as tecnologias de energia “limpa” precisam de mais materiais que as tecnologias de geração de eletricidade baseadas em combustíveis fósseis. A mineração “climática-inteligente” é defendida por instituições internacionais para vender um extrativismo “verde” na tentativa de fazer a extração e exploração de recursos aceitáveis (BRUNA, 2022). O extrativismo “verde” alude a uma fantasia de uma fronteira de recursos ambientalmente e climaticamente benigna, de uma solução tecnológica e ecológica capaz de alimentar o desenvolvimento local e nacional, enquanto salva o capital global de suas próprias contradições ecológicas. (VOSKOBOYNIK; ANDREUCCI, 2021).

Existem diversas definições de energia limpa, conhecida como renovável ou alternativa, formuladas a partir da problemática do uso de combustíveis fósseis e a consequente poluição atmosférica (DELL; RAND, 2004). Em uma visão ampla, é limpa toda energia que é produzida a partir de fontes que se repetem na natureza e tendem a não impactar significativamente o ambiente (NATT; CARRIERI, 2017). Não há consenso sobre quais fontes se adequam nessa definição ou qual a quantidade de impacto “tolerável”, como exemplo disso temos a decisão do Parlamento Europeu de considerar gás natural e usinas nucleares como fontes sustentáveis de energia (ALAM *et al*, 2022).

Vale ressaltar que o uso das baterias de lítio nas tecnologias de energia limpa não necessariamente está ligada a produção ou armazenamento de energia. O uso das baterias é dominado por eletrônicos de consumo e carros elétricos, e mesmo nas progressões mais otimistas o uso para armazenamento de energia limpa não ultrapassará 10% do total em 2030 (UNDESA, 2021). Isso ocorre porque o custo das baterias para armazenamento é mais alto e não desperta o interesse das indústrias para produção em massa.

Além dos efeitos superestruturais apontados, a ideologia do extrativismo “verde” denuncia uma mudança na estrutura produtiva devido aos efeitos das revoluções científico-tecnológicas dos séculos XX e XXI. A preponderância da ciência sobre a tecnologia e da tecnologia sobre a produção conferiu um papel hegemônico ao conhecimento, à educação, à formação e desenvolvimento de recursos humanos em relação a outros aspectos das forças produtivas (DOS SANTOS, 2003). Nos últimos anos presenciamos uma troca dos preceitos fordistas por uma intensiva automação da produção através de tecnologias criadas a partir dos grandes centros de acumulação.

Verifica-se o fortalecimento dos monopólios sobre a tecnologia e propriedade intelectual do mundo todo. Os recursos dos países dependentes alimentam a produção

tecnológica dos grandes centros de capital, que posteriormente é utilizada na produção de empresas de propriedade estrangeira alocadas nos países dependentes. A maior parte da acumulação de capital é levado de volta aos grandes centros de capital financeiro, mesmo que os recursos naturais, a produção e os danos ecológicos sejam alocados nas economias dependentes.

No ciclo de produção do lítio, vemos essas premissas se repetirem e levantarem questões sobre para quem realmente serve a transição energética com uma extração intensiva de minerais em países dependentes. A emergência de um processo sistemático e institucional da pesquisa e desenvolvimento mudou o papel da inovação na acumulação e reprodução do capital (DOS SANTOS, 2003). A inovação tecnológica em volta da indústria do lítio, além de propagar um extrativismo “verde”, recondiciona as relações de dependência nos moldes do monopólio científico-tecnológico.

Devido à entropia destruidora e ao tipo de metabolismo próprio do capital, a existência, a exploração e o transporte dos recursos naturais, desenham lentamente uma nova "geografia de conflitos" (FORNILLO, 2015). A corrida por uma intensa extração de lítio tem efeitos adversos no que diz respeito ao uso de outros recursos naturais e a problemas ambientais, principalmente na gestão hídrica. Estimativas demonstram que para produzir uma tonelada de lítio é necessário 1,9 milhão de litros de água, no caso do Salar de Atacama no Chile as atividades mineiras consomem 65% dos recursos hídricos da região (UNCTAD, 2020).

A região das salinas já é árida naturalmente, o consumo da água e o risco de contaminação proporcionado pela mineração de lítio dificulta a sobrevivência da população local. Nesse caso, a produção de lítio depende da evaporação das salmouras que dependem do sol para extração do carbonato de lítio, processo que leva entre 12 e 18 meses. Com a alta na demanda, pode surgir a necessidade de aquecimento artificial das salmouras para encurtar o processo, o que adiciona um problema de um elevado consumo energético.

Em 2016, houve um protesto da comunidade tibetana de Tagong contra a extração de lítio na mina Ganzizhou Rongda que causou a poluição dos rios e morte de animais. Os protestantes jogaram peixes mortos que antes estavam flutuando pelo rio Liqi, onde houve um vazamento de químicos tóxicos ligados a exploração mineral. Foi o terceiro incidente em sete anos, deixando danos ambientais e desrespeitando um solo considerado sagrado e parte da cultura dos tibetanos (DENYER, 2016).

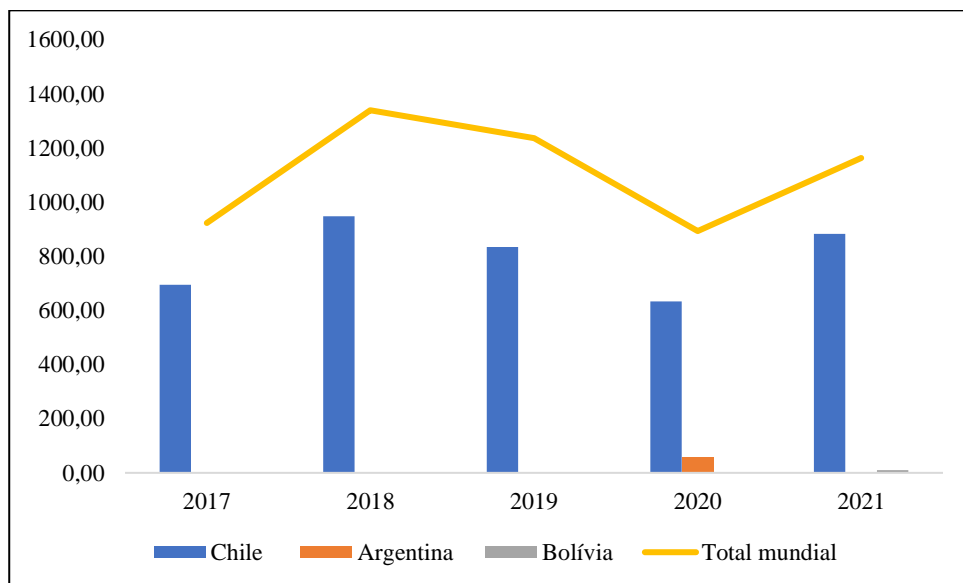
Assim como nas minas tibetanas, há um risco elevado de contaminação nas salinas latino-americanas. Ainda, a relação da população indígena das salinas com o solo e a natureza

também é diferente da ocidental, o ataque à terra é um ataque direto à sua cultura e identidade. Em protestos, as comunidades das salinas cunharam a frase “a água vale mais que o lítio”, questionando as prioridades das autoridades locais em formar acordos com multinacionais de exploração. Os avanços do capital estrangeiro, mais recentemente o chinês, trás preocupações dos povos originários sobre a continuidade das suas atividades econômicas e o impacto na água e no resto do ambiente (ROMERO, 2021a)

O recurso do Lítio tem uma concentração alta nas regiões do Chile, Bolívia e Argentina, que conformam o Triângulo do Lítio como observamos na Tabela 1. Essa região conta com mais da metade dos recursos identificados e reservas registradas (USGS, 2022). As salinas com extração de lítio mais importantes da região são: Salar de Atacama (Chile), Salar del Hombre Muerto (Argentina) e Salar de Uyuni (Bolívia).

Na extração de lítio, o Chile se coloca em segundo atrás somente da Austrália, e a Argentina está em quarto atrás da China em terceiro (USGS, 2022). A região é líder na exportação de carbonato de lítio no mundo, totalizando mais de 75% das exportações. Apesar disso, o Chile é o único que conta com níveis significativos dessa exportação, como demonstra o Gráfico 1. Observa-se, também, uma recuperação considerável das exportações após uma queda devido a pandemia da COVID-19.

Gráfico 1 – Exportações de Carbonato de Lítio no Triangulo do Lítio e Mundo (2017-2021).



Fonte: UN Comtrade, 2022 (elaboração própria).

O triângulo consiste em um dos mais promissores campos de exploração de lítio do

mundo, tanto pela sua concentração num espaço relativamente pequeno, como pela sua disponibilidade e pureza, que são superiores nesta região (FORNILLO; GAMBA, 2019). Chamado de “ouro branco” e “novo petróleo”, o lítio é um recurso mineral estratégico para América do Sul, devido à dificuldade de substituí-lo e seu papel de destaque na fronteira tecnológica capitalista (FORNILLO, 2015).

Segundo Palacio (2012), a extração de lítio passou por três momentos de debate: o primeiro em 1970 com a crise do petróleo que impulsionou a exploração chilena, o segundo em 1990 com a tentativa fracassada da estadunidense FMC de explorar lítio da Bolívia e o terceiro que ocorre no século XXI com diferentes paradigmas nos três países. Esses diferentes paradigmas fazem que os países estejam inseridos de diferentes maneiras na produção de lítio mundial, apesar do consenso sobre a importância do recurso.

Enquanto na Argentina e Chile é permitida a extração de lítio a partir do setor privado, na Bolívia o recurso é gerenciado totalmente pelo Estado Plurinacional através da Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB). A Argentina também possui uma empresa estatal provincial que explora lítio, a Jujuy Energía y Minería Sociedad del Estado (JEMSE) que age em associação com o capital privado (ROMERO, 2021b). A presença de capital estrangeiro, porém, é observada em toda a região. Há uma diferença marcante no caso boliviano, já que não existem processos de compra de empresas, somente projetos desenhados em conjunto com o aparelho estatal.

A exploração das salinas bolivianas tem características específicas devido à Constituição do Estado Plurinacional sancionada em 2009 que caracteriza os recursos naturais como estratégicos e de interesse público, não mais como *commodities*. No texto, destaca-se que “os recursos naturais são de propriedade e domínio direto, indivisível e imprescritível do povo boliviano, e caberá ao Estado sua administração em função do interesse coletivo” (BOLÍVIA, 2009). Além disso, o governo plurinacional se comprometeu em possuir total controle de suas reservas até conseguir confeccionar baterias de íon-lítio (FORNILLO, 2015).

O sonho boliviano em participar das cadeias produtivas de baterias ainda está longe de ser uma realidade, mas a exploração do recurso caminha a passos lentos. Os esforços estatais de financiamento incipientes na produção de baterias não são competitivos comparados aos mercados já consolidados e quase monopólicos da China e Estados Unidos. Para Fornillo (2015), essas tentativas se encaixam em um tipo de “fetichismo da fábrica”, sem o entorno comercial e científico-técnico necessário para ter real efetividade.

Apesar da exploração das salinas estarem sobre tutela do estado, com a recente crise

política boliviana a postura sobre o lítio mudou. Em 2019, a empresa estatal YLB promoveu uma convocatória para empresas estrangeiras e formou duas *joint-ventures*. A primeira com a ACISA, uma empresa alemã de minerais e produção de baterias, e a outra com a TBEA Group, uma empresa que foca em soluções de energia e transmissão elétrica.

O lítio boliviano é, além de um mineral estratégico, uma questão política e que traz implicações para a estrutura interna e suas relações com o externo. No mesmo ano em que essas *joint-ventures* foram criadas, a Bolívia passou por um processo de golpe de Estado contra o presidente Evo Morales. Em 2020, o empresário Elon Musk, CEO da fabricante de carros elétricos Tesla, publicou nas redes sociais: “daremos golpe em quem quisermos”, o que repercutiu nos canais de notícias ao comentar sobre ao possível apoio estadunidense à derrubada de Evo (MUSK, 2020; EXAME, 2020).

No Chile, por outro lado, a produção do lítio por entes privados data desde os anos de 1970, que ganhou protagonismo entre as exportações e competindo com o lítio estadunidense e australiano (ZÍCARI, 2015). As decisões sobre a exploração do lítio passam por instituições do Estado e as disputas políticas entre governo e oposição. O resultado dessas disputas, porém, normalmente favorecem o setor privado e o capital estrangeiro.

Para exemplificação, temos a compra pela empresa chinesa Tianqi Lithium Corp. de 24% das ações da Sociedade Química e Mineira do Chile S.A. (SQM) em 2018 que resultou na instalação de um tribunal antitruste. Apesar de as autoridades chilenas terem apresentado suas preocupações sobre o monopólio da produção mundial de lítio pela Tianqi, o tribunal acabou aprovando a transação. Apenas estabelecendo condições para a venda que limitam o acesso da Tianqi aos segredos comerciais e informações confidenciais da SQM (REUTERS, 2018).

A exploração do lítio argentino é relativamente recente, tendo seu começo no fim da década de 1980 com o Projeto Fénix a cargo da Minera del Altiplano SA, subsidiária da norte-americana FMC Lithium Corp. Esse projeto começou como uma iniciativa de realizar estudos na região do Salar de Hombre Muerto que em 1991 ganhou licitação para explorar o lítio da região (SLIPAK, 2015).

O caso argentino era diferente dos outros dois países da região das salinas, por um lado, a exportação do produto *in natura* não era de interesse como no Chile, por outro, o Estado não tem intenção de fazer intenso controle das reservas como na Bolívia. As políticas iniciais de exploração na Argentina esperavam dar ao recurso o caráter estratégico com o mesmo critério que o petróleo recebia: não somente por seus usos como insumo em numerosas

indústrias, mas também associado à sua exaustão, à sua relevância para a defesa e às suas possíveis utilizações para a geração de energia (SLIPAK, 2015).

Como uma nova “febre do ouro”, a possibilidade de consolidar esta indústria energética no país desperta especulações: para uns é iminente, para outros é impossível (FORNILLO, 2015). O papel do Estado argentino se limita, então, em impulsionar a industrialização com o capital privado na intenção de integrar-se no novo mercado criado com a transição energética.

As tentativas de industrialização e produção de baterias, apesar de mais destacadas na Argentina e Bolívia, apresentam dificuldades em comum. Nenhum dos países do Triângulo do Lítio possui todos os requisitos necessários para abranger totalmente o ciclo de produção do lítio. Sem uma integração de mercados e recursos na região se torna muito difícil imaginar uma industrialização eficaz.

Uma das chaves da industrialização do lítio reside no fato que conhecimento, tecnologia e produção estão estreitamente ligados, como em muitos outros processos, mas aqui essencialmente (FORNILLO, 2015). Se o processo de integração de mercados e recursos da região tiver sucesso, ainda haverá uma barreira de dependência científico-tecnológica e financeira impedindo que a acumulação gerada por essa industrialização fique na região.

2 CAPITAL FINANCEIRO NO TRIÂNGULO DO LÍCIO

O capítulo a seguir esclareceu os conceitos que foram ferramentas de análise do objeto de estudo desse trabalho. Foram revisitados os entendimentos sobre imperialismo, dependência e hegemonia dentro do campo das Relações Internacionais com o objetivo de entender os investimentos chineses no Triângulo do Lício. Além disso, justificou-se a escolha do IED como objeto de análise e foram expostos os desafios metodológicos da análise desses investimentos.

3.1 DEPENDÊNCIA E IMPERIALISMO EM UMA CRISE HEGEMÔNICA

Devido ao aumento de preços na Europa na transição entre os séculos XIX e XX, uma euforia geral se formou no centro capitalista, caindo na memória europeia como os bons velhos tempos da *belle époque* (ARRIGHI, 2008). Entretanto, é nesse período que se inicia a fase do capitalismo monopólico: o imperialismo. Em meio a censura czarista, Vladimir Ilych Ulianov, mais conhecido como Lênin, formatou o conceito marxista de imperialismo na obra *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

Lênin (1917), em seus escritos, ao construir sua crítica à Karl Kautsky, dedica-se em demonstrar a falsidade das concepções e esperanças pacifistas sobre a ideia de uma “democracia mundial”. Há um resgate da leitura econômica sobre o imperialismo, com a utilização de aportes de autores do reformismo burguês como John A. Hobson e do revisionismo marxista Rudolf Hilferding. O legado fundamental deixado pelo seu texto é a articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas daquele momento (OSÓRIO, 2018).

Para compreender o problema econômico fundamental, ou a essência econômica do imperialismo, é necessário conceber o imperialismo como um capitalismo monopolista. A antiga livre concorrência dos padrões dispersos abre espaço para o monopólio em uma formação de cartéis que se tornam fundamento da vida econômica no final do século XIX, iniciando, então, a fase superior capitalista: o imperialismo (LENIN, 1917). Apesar de não ser contemporâneo do período de maior intensificação dos monopólios, Marx já entendia em *O Capital* que a livre concorrência provoca a concentração dos meios de produção.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção

capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados (MARX, 2015, p. 540-541).

Além da prevalência do monopólio, o imperialismo marca outras características específicas da nova fase capitalista. A partir do fim do século XIX, o capitalista industrial depende cada vez mais do banco, prevalecendo o domínio do capital financeiro. A separação entre a propriedade do capital e aplicação deste na produção, especificamente entre o capital financeiro e industrial ou produtivo, alcança proporções imensas (LENIN, 1917). Essa supremacia do capital financeiro, forma um pequeno grupo de Estados financeiramente poderosos que se destacam sobre o resto.

O monopólio do capital financeiro gerou um enorme excedente nos países “avançados”, levando a exportação de capitais para os países “atrasados” em busca de aumentar a taxa de lucro. Essas transações, quase sempre são atreladas à benefícios extras concedidos aos credores, “é muito comum que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o investimento de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, nomeadamente de armas, barcos, etc.” (LÊNIN, 1917, p. 40). O capital financeiro ocasionou uma divisão das economias mundiais entre grupos capitalistas e, associado a isso, aumentou as disputas entre Estados com a partilha territorial, luta por colônias e zonas de influência.

Em resumo, o imperialismo, a partir de Lênin (1917), se divide em 5 características: a) a concentração da produção e do capital atingiu um ponto tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, decisivos na vida económica; b) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a formação, com base neste capital financeiro, da oligarquia financeira; c) a exportação de capital, ao contrário da exportação de mercadorias, assume uma importância excepcional; d) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais, que se repartem pelo mundo; e) o culminar da repartição territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas.

Atenção especial se deu, neste trabalho, para o último ponto como conexão com as teorias desenvolvidas orbitando conceito de dependência. Destaca-se, ainda, que a fase monopólica implica em quatro tipos principais de monopólio: o de produção, o de fontes de matérias primas, o financeiro e da política colonial. Essas quatro categorias explicam as características distintivas do imperialismo como fase superior do capitalismo:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência à dominação em vez da tendência à liberdade, a exploração de cada vez mais nações pequenas ou fracas por um punhado das nações mais ricas ou poderosas: tudo isto originou as características distintivas do imperialismo que obrigam a qualificá-lo como capitalismo parasitário ou decadente (LÊNIN, 1917, p. 76).

O imperialismo capitalista contemporâneo conta com novas características adquiridas desde a introdução do fenômeno por Lênin. Romero (2015) ressalta a penetração ideológica nas na educação, instituições religiosas e meios de informação; e a extração de mais-valia* dos países dependentes e a expropriação massiva em um contexto de universalização das relações capitalistas de produção. Além disso, não são contemporâneos à Lênin o fenômeno de hegemonia estadunidense, a formação de potências imperialistas a partir da mudança de carácter dos países socialistas (Rússia e China), e a ascensão de países e burguesias com a condição de imperialismo subalterno (ROMERO, 2015).

Após a derrocada de uma Segunda Grande Guerra, há uma tentativa de reverter o “atraso” de alguns países a partir de projetos de industrialização financiados por países com necessidade de exportar seu excedente de capital financeiro. Na América Latina e Caribe esse movimento foi institucionalizado pela CEPAL, criada em 1948. Essa comissão da recém-criada Nações Unidas apresentou diversas reflexões sobre a participação da região na economia mundial e, com isso, propostas para seu desenvolvimento.

Em suas reuniões foram levantados temas como a relação de centro e periferia no sistema internacional; a integração regional; a inflação; uma possível planificação estatal e, obviamente, o desenvolvimento latino-americano (CEPAL, 1969). Com as contribuições de Raúl Prebisch, se levantaram as questões da divisão internacional do trabalho, da deterioração dos meios de troca e da difusão do progresso técnico. A proposta da CEPAL é de um desenvolvimento para dentro, focando nas necessidades do mercado nacional. Isso resolveria, em teoria, o problema do abastecimento e contribuiria para uma consequente substituição de importações.

Essa cartilha não se desenvolveu, todavia, como o esperado e logo no contexto da década de 1960 as ilusões dos estágios de desenvolvimento e da substituição de importações tornaram-se insustentáveis (OSÓRIO, 2018). A partir dessa época, as teorias da dependência passaram por uma radicalização, desenvolvendo a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Para os teóricos da dependência de vertente marxista, as medidas cepalinas geram

descapitalização, dívida externa, déficits externos, mais dependência e esquecem medidas distributivas, como as reformas agrárias (ASTARITA, 2010). Além disso, segundo Romero (2015), a entrada de capital estrangeiro se traduziu na situação privilegiada que obtiveram as empresas monopólicas na periferia capitalista.

O grande capital monopolista se caracteriza como capital imperialista ao atuar em outros países, esse imperialismo se impõe como uma “necessidade” do capital pela busca de condições mais vantajosas, do lucro e de matérias primas (ROMERO, 2015). Impedindo assim, qualquer chance de uma real vantagem para os países dependentes, tornando efêmero o sonho cepalino de um “desenvolvimento” financiado pelos centros de acumulação de capital.

Os teóricos da TMD não entendem a dependência como somente uma desregulação dos preços no mercado internacional, mas como uma exploração dos países de terceiro mundo por parte do sistema capitalista monopolista. Apesar de ter tido avanços em toda a América Latina, foi só no Chile, com o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), que essas teses puderam ser sistematizadas e elaboradas de maneira mais definitiva, pois ali estavam as condições ideais para que esta corrente de pensamento se desenvolvesse (BAMBIRRA, 1978). Estão entre os teóricos basilares dos debates concebidos na TMD que serão utilizados neste trabalho: Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Rui Mauro Marini.

Antes de entender o conceito de dependência desenvolvido pelos autores da TMD, é imprescindível revisitar as pontuações sobre método e aplicação do marxismo na América Latina feitas por Marini. O autor destaca dois desvios presentes nas análises da dependência latino-americana por marxistas: por um lado, uma substituição do fato pelo conceito abstrato e, de outro, uma alteração do conceito em nome de uma realidade que se obstina em não se enquadrar em sua formulação restrita (MARINI, 2016).

A observação de Marini pode ser entendida como uma preocupação com o rigor metodológico da construção do conceito de dependência e sua relação com as categorias fundamentais de Marx. A aplicação dessas categorias deve ser instrumento de análise para a realidade dependente latino-americana, não sobrepondo o concreto nem perdendo sua construção teórica.

Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos aos quais se aplicam; por isso a análise deve ponderá-las, sem que isso implique, em nenhum caso, uma ruptura com o fio do raciocínio marxista por meio de uma inserção de corpos estranhos a ele e que não pode, assim, assimilar (MARINI, 2016, p. 406).

Segundo Vania Bambirra (1978), existiram duas grandes vertentes da teoria da dependência: uma que incorporou criticamente os avanços do desenvolvimentismo, assim como fizeram Marx e Lênin com conceitos criados pela burguesia, e outra que não rompeu com o desenvolvimentismo cepalino. Podemos identificar na primeira categoria a TMD e na segunda a corrente estruturalista dos estudos sobre a dependência. Assim, munidas de elevada percepção crítica, as teorias marxistas da dependência emergem como complementação necessária ao conceito de imperialismo, mesclando teoria transformadora e prática política (OSÓRIO, 2018).

A dependência como teoria, então, deve ser entendida como a aplicação do marxismo-leninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis de movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos (BAMBIRRA, 1978). Apesar das relações geradas a partir da repartição territorial entre as grandes potências capitalistas estejam na obra de Lênin, o fenômeno da dependência não tem centralidade. Por essa razão, Dos Santos (2011) se empenhou em definir esse fenômeno como uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada.

Nesse contexto, economias do centro da acumulação de capital tem independência de expandir sua capacidade produtiva enquanto as economias dependentes se delimitam a acompanhar essa expansão. O suposto atraso dessas economias não deve a uma falta de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridos e das leis de desenvolvimento desse sistema (DOS SANTOS, 2011). Paralelo à isso, a disputa mundial entre as corporações transnacionais, e as potências que as respaldam, é parte constituinte do desenvolvimento do próprio sistema capitalista em sua fase imperialista (ROMERO, 2015).

A relação de dependência, além de delimitar as características da estrutura produtiva dos países, causa uma exportação do excedente gerado domesticamente e uma perda de controle sobre os recursos produtivos. Apesar do domínio das relações de dependência ser feito pelos centros capitalistas, a dependência não é um fator externo. A dependência deve ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, porém, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica (DOS SANTOS, 2016).

Dentro da realidade dos países dependentes há uma necessidade de se adaptar conforme as exigências dos mercados dos centros do capital em suas estruturas internas. O

capital exportado pelos países imperialistas para as zonas dependentes exige do Estado nacional uma capacidade crescente em matéria de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas favoráveis ao investimento estrangeiro (MARINI, 1977).

Ainda, Bambirra (1978) aponta a especificidade da reprodução dependente: a acumulação de capitais é levada para o exterior com a importação de maquinaria, e quando essa começa a ser produzida internamente, a produção é controlada por grupos estrangeiros. Esse controle dos avanços industriais dos países dependentes é feito a partir do capital financeiro estrangeiro.

A expansão do capital financeiro nos leva a dar mais importância à exportação de capital como mecanismo de penetração econômica, de estabelecimento de laços de dependência sobre os países que requerem tais recursos e da eliminação da concorrência (ROMERO, 2015). Desse modo, o capital estrangeiro e o “auxílio” estrangeiro solucionam problemas que eles próprios criaram nas cadeias de produção dependente (DOS SANTOS, 2011).

Ao utilizar os mecanismos conceituais e teóricos, é necessário ter em mente que a “teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (COX, 1986, P. 207). Autores de diversas correntes teóricas das Relações Internacionais utilizam os conceitos de hegemonia, imperialismo e dependência com a finalidade de explicar o estabelecimento de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência (GARCIA, 2021). A última parte dessa sessão do primeiro capítulo se destina a discutir os conceitos de hegemonia, Estado amplo e hegemonia compartilhada.

Nesta pesquisa, procurou-se entender o conceito de hegemonia afim de analisar a configuração mundial do século XXI no contexto do declínio da hegemonia estadunidense. Para isso é imprescindível revisitar a origem em Gramsci de hegemonia que se traduz na soma de consenso e coerção, construído para explicar o avanço do fascismo na Itália da Segunda Grande Guerra. Em Gramsci, um conceito é vago e flexível, e só adquire precisão quando posto em contato com determinada situação que ele ajuda a explicar (COX, 1983).

Assim como a preocupação de Gramsci era entender a ascensão fascista, o contexto que concerne este trabalho é o declínio hegemônico estadunidense e, mais recentemente, o ressurgimento da China. Tivemos um período de hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra que foi regido pelos preceitos de Bretton Woods e suas instituições. A partir da década de 70, o mundo capitalista unitário em torno da moeda, do comércio e dos investimentos norte-americanos estava definitivamente quebrado (DOS SANTOS, 2003).

Vale ressaltar que o papel do Estado exerce no conceito de hegemonia descrito por Gramsci é diferente daquele encontrado nas teorias Realista e Liberal. O Estado continuava sendo o ator inevitável das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais acontecem, portanto, também é o lugar onde as hegemonias das classes podem surgir. Porém, o Estado gramsciano é ampliado e inclui sua própria base social, deixando de lado a visão personificada dos Estados que somente inclui a burocracia da política externa e capacidade militar (COX, 1983).

Ao mencionar uma hegemonia estadunidense, se leva em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre quais é exercida. O Estado se torna o reflexo destes interesses particulares apresentados como universais (GARCIA, 2021). Portanto, uma hegemonia mundial é uma expansão para o exterior da hegemonia interna estabelecida por uma classe social dominante (COX, 1983).

Para se tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, mas em que outros Estados sintam que essa ordem é alinhada com seus próprios interesses (GARCIA, 2021). Os interesses das classes capitalistas de diferentes Estados podem ou não coincidir, gerando conflitos ou cooperação entre os aparelhos estatais. Quando há hegemonia, a classe dominante do *hegemon* encontra aliados em classes dominantes de outros países.

Nesse sentido há uma internacionalização dos Estados e uma sociedade mundial incipiente emerge no sistema interestatal, a modo que mecanismos e políticas são ajustados conforme a ordem mundial vigente (COX, 1983). Então, a hegemonia é concebida a partir de uma sociedade civil global e não somente a partir das relações entre Estados. Os conceitos gramscianos, tanto de hegemonia e revolução passiva, possuem um potencial que vai além do contexto nacional, apontando para o fato de que a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser (GRAMSCI, 2004).

Enquanto o conceito de imperialismo é estabelecido a partir da realidade material, o capital financeiro, a hegemonia é estabelecida a partir dos reflexos dessa realidade material na superestrutura. Exercer a hegemonia é determinar as características de um determinado processo histórico, porém isso só pode ser mantido se estiver calcado em uma base material (RAMOS, 2021). Para Gramsci (2004, p. 250), “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

Ainda, Gramsci descreve o processo hegemônico como uma passagem da estrutura

para a superestrutura, em que os interesses específicos de um grupo ou classe passam a elaborar instituições e ideologias (COX, 1983). Conclui-se que o conceito de hegemonia é complementar ao de imperialismo, sendo o último condição essencial para a existência do primeiro. Porém, a determinação da política pela economia é vista não como imposição mecânica, mas como condicionante (RAMOS, 2021).

Com isso estabelecido, podemos fazer algumas constatações sobre a configuração mundial do século XXI. Dos Santos (2003), no início do milênio, previa a construção de “um sistema em que os Estados Unidos manterão uma hegemonia compartilhada com os outros possíveis poderes centrais”. Essa hegemonia compartilhada é a fase posterior do período pós-guerra em que a hegemonia estadunidense não é mais incontestável e está em seus primeiros passos para uma transição do poder internacional para a China (ROMERO, 2021b).

Nesse cenário, a China se caracteriza cada vez mais como um centro de acumulação e exportação de capital capaz de contestar o capital estadunidense. Em contrapartida, os estadunidenses não apresentam sucesso em barrar esse processo, sem um total alinhamento de seus aliados (União Europeia, Japão, Canadá, Austrália, Israel e Arábia Saudita) (ROMERO, 2021b). Uma nova tentativa de alinhamento se torna evidente com as tensões na Ucrânia, e, apesar da “boa vontade” de seus aliados europeus em se opor ao bloco sino-russo, a dependência com a matriz energética russa molda as condições da influência estadunidense na região.

Romero (2021), aponta cinco fenômenos principais das aspirações internacionais da China no contexto da pandemia do COVID-19: a continuação da Nova Rota da Seda; a atuação no combate ao vírus; o aumento das tensões com os EUA; as negociações com a UE; e as denúncias de violação de direitos humanos em Hong Kong, Tibet e Xinjiang. Apesar dos acordos com a UE estarem “congelados” devido ao conflito da Ucrânia, a China não recebeu nenhuma penalidade maior vinda da Europa no que diz respeito as denúncias sobre direitos humanos ou seu posicionamento ao lado da Rússia. Os EUA avançam suas tensões com a China de maneira quase unilateral tanto no âmbito militar como no econômico, enquanto os chineses apresentam um gasto militar em expansão e uma exportação de capital cada vez maior em setores estratégicos (ROMERO, 2021b).

3.2 O IED COMO OBJETO DE ANÁLISE

Tendo em vista o papel destacado do capital estrangeiro no lítio, assim como nos outros setores de extração mineral em países dependentes, os fluxos de capitais são uma camada importante de análise do setor. É essencial entender as tendências dos fluxos de capitais se comportam na América Latina e Caribe, assim como analisar os investimentos nos países

produtores de lítio.

Entendendo a centralidade do capital financeiro nas relações de dependência e na transição hegemônica, se faz necessário entender como são coletados os dados utilizados para acompanhar os fluxos de capitais e o conceito de IED. Nesta sessão são exploradas as teorias que explicam o IED como variável econômica e algumas problemáticas em torno da compilação de dados do fluxo de capitais chineses que entram na América Latina e Caribe.

A presença de capitais financeiros estrangeiros na América Latina não é algo novo. Mesmo quando não se trata do período imperialista entendido na perspectiva marxista-leninista, o curto auge financeiro de 1820, com as dívidas das guerras de independência e projetos pioneiros de mineração e colonização, foi o início de uma série de ciclos de acesso aos mercados financeiros (BERTOLA; OCAMPO, 2012). Durante a segunda metade da década de 1880, após um auge dos movimentos financeiros associado com a nova onda tecnológica liderada pelos Estados Unidos e Alemanha, houve um *boom* de fluxos financeiros para os países latino-americanos sob a forma, essencialmente, de IED (MEDEIROS, 2011).

Apesar disso, foi só no século XX, durante a crise Pós-Primeira Grande Guerra, que a maioria dos bancos centrais¹ começaram a ser criados devido à pressão internacional imposta sobre a dívida externa latino-americana. Percebe-se, então, que a presença do capital financeiro estrangeiro ocorre mesmo antes da região possuir um sistema financeiro consolidado. Essa presença é observada de diferentes formas ao longo do século XX, seja por empréstimos bancários que reforçaram os ciclos de dívida externa nos anos 1970 ou por investimentos que aproveitaram as políticas neoliberais dos anos 1990.

Os ciclos de liquidez externa na América Latina geralmente começam com um repentino fluxo de capitais para dentro dos países latino-americanos. Esses fluxos criam uma situação de avidez por empréstimos nos setores público e privado dos países latino-americanos e, em muitas ocasiões, déficits em conta corrente não compensados com desvalorizações nas taxas de câmbio. Esses ciclos resultam em forte volatilidade acompanhada de transferências de propriedade, desnacionalização e enriquecimento de detentores de ativos líquidos internacionais (MEDEIROS, 2011).

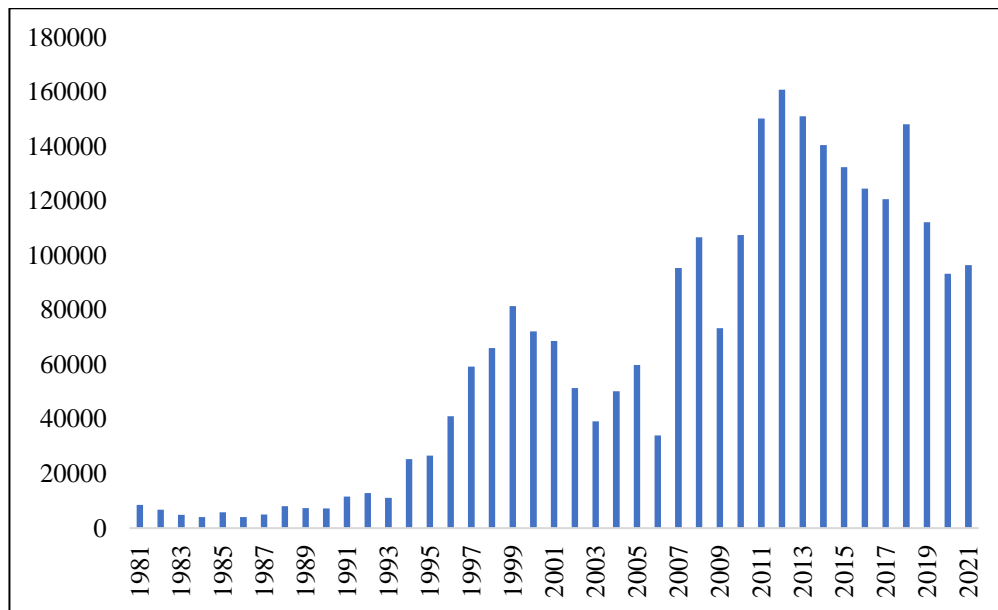
Compreende-se, então, a centralidade do investimento estrangeiro na formação econômica latino-americana dependente. O capital estrangeiro mantém controle dos setores

¹ Segundo Bertola e Ocampo (2021): Banco do Brasil (1808), Banco de la Nación Argentina (1891), Banco de la República – Uruguai (1896), Banco Nacional da Costa Rica (1916), Banco Central de Reserva del Perú (1922), Banco de la República – Colômbia (1923), Banco do México (1925), Banco Central de Chile (1925), Banco Central del Ecuador (1927), Banco Central de Bolivia (1928), Banco Central de Venezuela (1939).

mais dinâmicos da economia e repatria um grande volume de lucros, tornando os fluxos de capitais extremamente desfavoráveis (DOS SANTOS, 2011). Apesar de não ser novidade, é após as Grandes Guerras que a exportação de capital apresenta novas características como a predominância do investimento direto, o peso de empréstimos e financiamentos, e a amplitude geográfica que cobrem e diversificação de setores (MARINI, 1977).

O novo protagonismo do IED nos fluxos de capital na América Latina e Caribe se consolidou somente a partir da metade da década de 1990. O Gráfico 2 apresenta esse fenômeno e outros dois períodos de pico do IED: o início do milênio e o início da última década, ambos relacionados com o *boom* das *commodities* na região.

Gráfico 2 – Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe (1981 - 2021) (milhões de dólares).



Fonte: CEPAL, 2022 (elaboração própria).

Um ponto importante a se destacar é a volatilidade dos fluxos de capitais na América Latina e o impacto das crises econômicas nas entradas de investimentos estrangeiro. A pandemia da COVID-19 nos mostrou com maior clareza a reação dos investidores em períodos de crise, com uma queda de 45% nos anúncios de novos investimentos em 2020 (CEPAL, 2021b). Essa queda representa 15% a mais do que o nível mundial, isso se deve pela concentração da atração de investimentos nos setores de recursos naturais e turismo que colapsaram durante a pandemia (UNCTAD, 2021).

A queda em 2020, porém, está inserida em uma diminuição da expansão econômica

da região desde a queda no preço das commodities em 2014 (UNCTAD, 2021). Com uma melhora desses preços e aumento da demanda, alguns países latino-americanos estão demonstrando tendências de reprimarização de suas matrizes econômicas. A CEPAL (2021b), assim como autores que herdaram o estruturalismo dos anos 1950, acredita que a atração do IED em setores produtivos, de inovação e de tecnologia seja a saída para um desenvolvimento industrial na América Latina.

Porém, é preciso entender que esses fluxos estão inseridos em um contexto de dependência que impõe limites estruturais no desenvolvimento dessas economias. Primeiramente, se apoiar no setor de exportação para que se “pague” a industrialização, como o método de substituição propõe é contraditório.

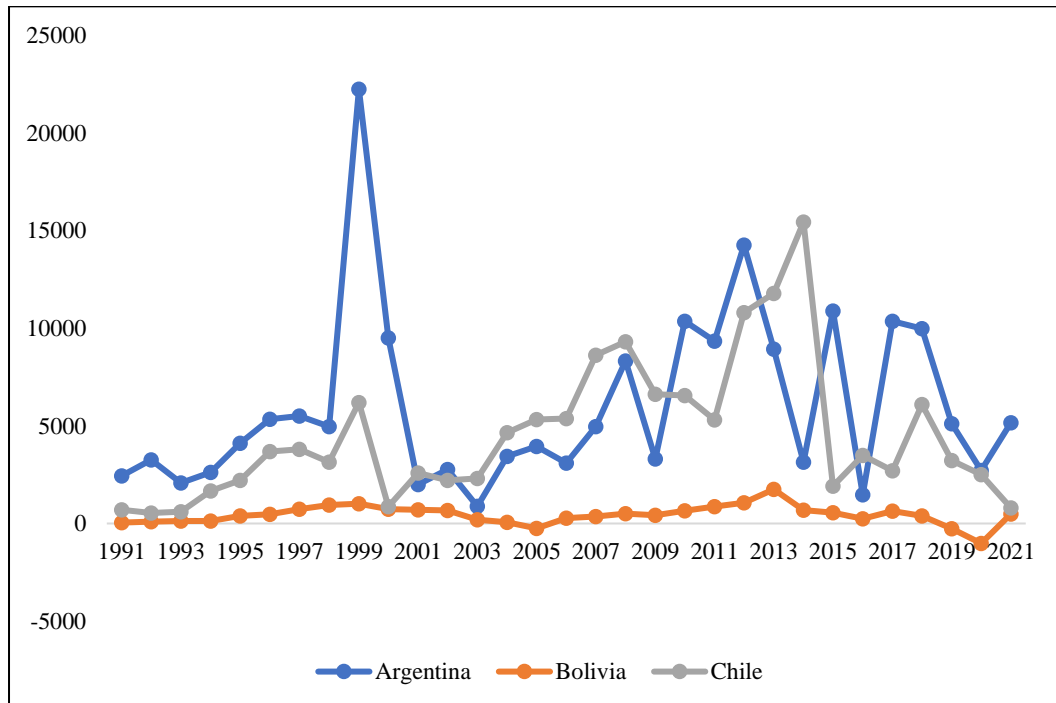
Internamente, manter os setores oligárquicos significa ceder aos interesses dessa classe, que quase sempre não estão alinhados com os objetivos de industrialização da incipiente burguesia latino-americana. Isso explica a tendência de as políticas econômicas latino-americanas serem contraditórias, com incentivos para a Ciência e Tecnologia e financiamentos à inovação industrial, mas, ao mesmo tempo, com reduções tarifárias generalizadas e sobrevalorização da taxa de câmbio, incentivando maciçamente as importações dos mesmos produtos (DUSSEL PETERS, 2013).

As consequências disso são a manutenção do setor exportador tradicional com suas oligarquias decadentes e o condicionamento da industrialização por flutuações na balança de pagamentos (DOS SANTOS, 2011). Os déficits nas balanças de pagamentos são mantidos pela própria relação de dependência com um mercado internacional monopolizado, o controle financeiro estrangeiro em setores estratégicos e tentativas de cobrir os déficits com mais financiamento externo. Desse modo, o capital estrangeiro e o auxílio estrangeiros preenchem as lacunas que eles mesmos estabeleceram (DOS SANTOS, 2011).

Nesse contexto, o incentivo à entrada de investimentos estrangeiros se traduz em uma reprodução imperialista e das relações de dependência. Ainda, o desenvolvimento industrial no século XXI é fortemente condicionado pelo monopólio científico-tecnológico e os investimentos não se traduzem em um avanço nesse setor.

Existem diferenças importantes a serem destacadas na recepção de capitais estrangeiros nos países do Triângulo do Lítio. Enquanto o Chile e a Argentina competem pelos investimentos internacionais, a Bolívia se encontra em uma posição de menor entrada desses recursos. O Gráfico 3 demonstra o contínuo baixo fluxo de IED no lítio da Bolívia, enquanto os outros dois países se tornaram importantes receptores desde o início dos anos 2000.

Gráfico 3 – Fluxos de IED no Triângulo do Lítio por país (1991-2021) (milhões de dólares).



Fonte: CEPAL, 2022 (elaboração própria).

No caso chileno, temos um recente protagonismo na recepção de investimentos estrangeiros, se posicionando em terceiro lugar na recepção de IED entre os países latino-americanos em 2020. Além disso, a saída de investimento chileno se mostrou resiliente com um aumento de 25% em 2020, contrastando com a queda na Argentina e no Brasil (UNCTAD, 2021). O mercado desregulado chileno favorece para que o capital estrangeiro tenha predomínio em seus setores extrativistas, como o setor do lítio.

Os níveis de investimentos na Argentina desde a década de 1990 colocam o país como um dos maiores receptores da região, apesar de uma baixa desde 2018 com uma recessão no setor industrial e crises de dívida externa que se agravaram com a pandemia. Os investimentos na extração de lítio argentino convivem, por um lado, com uma perspectiva de natureza mais liberal que privilegia a atração de investidores privados e, por outro, com uma visão de caráter mais industrialista que busca promover capacidades tecnológicas e produtivas locais (OBAYA, 2021).

Na Bolívia os fluxos de investimentos não acompanharam os demais países da região, devido às políticas de proteção aos recursos naturais como bens comuns. No setor do lítio, essa postura fica clara com a expulsão da Lithco, subsidiária da estadunidense FMC, da

exploração do Salar de Uyuni. Apesar disso, em 2020 o Estado boliviano lançou sua agência de fomento de exportações, turismo e atração de investimentos, a PROEXPORT (UNCTAD, 2021).

O capital financeiro estrangeiro é essencial para entender a estrutura da extração de lítio e sua inserção no mercado internacional. Mesmo na Bolívia, onde encontra-se um controle estatal rígido sobre a exploração, as iniciativas do setor público contam com o financiamento estrangeiro em seus projetos. O fato de os maiores compradores de carbonato de lítio estarem associados às empresas de extração, ou mesmo serem seus acionistas, gera que o interesse do próprio produtor não seja em aumento do preço, mas sim, a sua baixa (SLIPAK, 2015).

O IED, segundo conceito aplicado na UNCTAD (2019), é definido como um investimento que reflete juros e controle duradouros por um investidor estrangeiro direto, residente numa economia, numa empresa residente noutra economia. Com isso em vista, tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendam que se considere a aquisição de 10% ou mais de uma empresa como IED. Assim, é possível entender o IED não só a partir de transações de criação ou expansão produtiva (*Greenfield*), mas, também, a partir de processos de fusão e aquisição (F&A) (SILVA, 2015).

Os Investimentos *Greenfield* correspondem a projetos novos, estabelecidos a partir do investimento estrangeiro. Esse modelo permite que a empresa opere de forma personalizada no exterior, porém os custos e o tempo de implementação diminuem sua lucratividade a curto prazo. Esses novos projetos correspondem a maior parte do IED direcionado a países em desenvolvimento e são considerados investimentos “produtivos” por aumentar ter um maior aumento na capacidade de produção.

Projetos de infraestrutura estão diretamente ligados a esse tipo de investimento, assim como os projetos de financiamento internacionais. Porém, diferente de financiamentos, geram algum tipo de posse sobre o projeto final ou divisão dos lucros ao invés de gerar juros com empréstimos. No caso da recente entrada de investimentos chineses na América Latina, esse tipo de projetos permitiu uma penetração em mercados com capacidades mais desenvolvidas com iniciativas como a Nova Rota da Seda (CEPAL, 2021b).

Fusões e Aquisições (F&A) são transações de compra de instalações pré-existentes em um país estrangeiro. F&A permitem um rápido acesso a mercados estrangeiros e canais de distribuição, além de diminuir a concorrência. O ponto negativo para as empresas que utilizam dessa modalidade são os possíveis problemas de adaptação das instalações no estrangeiro com

a estrutura da matriz.

No caso chinês, essa modalidade serviu para assegurar o abastecimento de recursos naturais e acessar tecnologias de ponta com compras em economias centrais (CEPAL, 2021b). A América Latina participa desse panorama com F&As, em sua maioria, no setor de extração mineral e no setor energético. Dentro do IED direcionado no setor do lítio no Triângulo do Lítio registrados pela Red ALC-China (2021) 66% eram F&As.

A crise gerada pela pandemia da Covid-19 em 2020 impactou de forma diferente as duas modalidades, os projetos *Greenfield* foram os mais afetados. Nos países em desenvolvimento os valores investidos nesses projetos diminuíram em 44% em 2020, enquanto tiveram uma queda de 16% em países desenvolvidos (UNCTAD, 2021). Por outro lado, F&As tiveram um crescimento de 2% em países em desenvolvimento e uma queda de 11% nos países desenvolvidos (UNCTAD, 2021).

A conceituação do IED pode ser traçada desde os modelos marxistas e paradigmas neoclássicos, porém só foi considerado um caso específico a partir dos anos 1960 (XINFA; AYO, 1993). No processo de internacionalização de empresas, o IED permite um real acesso a matriz produtiva estrangeira, enquanto a exportação de produtos somente permite a entrada nos mercados. A exportação de capitais é a maneira mais eficiente de internacionalizar o capital produtivo de uma empresa, esse movimento facilita a integração da máquina industrial e financeira nacionais com as estruturas econômicas estrangeiras.

A relevância do IED nos indicadores econômicos aumentou na segunda metade do século XX, saindo de 17 países receptores de mais de 1 bilhão de dólares americanos nos anos 1980 para 51 no final dos anos 1990 (UNCTAD, 2001). Porém, apesar de sua grande importância macroeconômica, a teorização do IED como objeto de estudo econômico partiu, nos anos 1960, de uma visão predominante dos interesses da firma. Isso se identifica nas Teorias da Organização que focam no processo de decisão das firmas e seus fatores determinantes (DUNNING; LUNDAN, 2008).

Derivadas dos modelos organizacionais, segundo Dunning e Lundan (2008), surgem três teorias nos anos 1970 que buscam explicar os determinantes econômicos do IED. A primeira que considerava como determinante principal as vantagens de localização. A segunda que, a partir do modelo microeconômico neoclássico, buscava compreender o comportamento individual da firma que eram moldados pelas vantagens de propriedade e internalização. E a última representada pelo paradigma eclético formulado pelo próprio Dunning, que junta determinantes de propriedade, localização e internalização como tentativa de sintetizar as duas

primeiras teorias.

Por outro lado, encontram-se os economistas marxistas que entendem o processo de internacionalização das firmas como resultado inevitável do sistema capitalista e como forma de aumentar o monopólio das empresas e países investidores. A base desse entendimento é a teoria do imperialismo de Lênin que, diferente das teorias com foco nos determinantes da firma, explora o IED como investimento do excedente dos centros capitalistas.

Paul Baran e Paul Sweezy (1968) entendem que o capitalismo monopólico é contraditório, já que tende a gerar cada vez mais excedentes, mas não fornece os mercados de consumo e investimento necessários para sua absorção. A absorção desse excedente depende, então, da criação de mercados e demanda a partir do mundo dos negócios e dos próprios governos. Surgem, assim, iniciativas de estratégias de fomento para maior consumo, aumento no gasto civil dos governos e, por fim, o investimento militar imperialista.

Mais recentemente, David Harvey (2008) refletiu sobre os resultados das crises de superacumulação intrínsecas ao capitalismo. Após a crise do petróleo de 1973, os investimentos assumem um papel chave, com um maior deslocamento de poder e capital para as instituições financeiras e deslocamento geográfico dos processos produtivos. Nesse contexto, o autor nos apresenta o conceito de “acumulação por espoliação”.

A acumulação “primitiva” ou “originária”, de Marx, para Harvey não se encerra em uma virada de página. Persistem, ainda, o papel permanente e as práticas depredadoras desse tipo de acumulação. A esses processos, o autor dá o nome de “acumulação por espoliação”, em que a privatização e depredação de recursos naturais se tornam estratégias para a solucionar as crises sucessivas de superacumulação.

Tanto Baran e Sweezy quanto Harvey atualizam a análise sobre o capitalismo monopólico sobre as lentes dos grandes centros de capitais. Em contrapartida, temos as contribuições da TMD para entender os efeitos do investimento estrangeiro nos países dependentes. Um ponto importante levantado é que somente uma pequena parte das divisas ingressadas nos países dependentes expandem o setor produtivo.

No caso do Brasil nos anos 1990, o grosso se destinou à especulação, à compra de empresas privatizadas e de algumas empresas nacionais, com ênfase crescente na internacionalização do nosso sistema bancário (DOS SANTOS, 2020). Isso demonstra a fragilidade da estratégia cepalina de colocar o capital internacional como um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e industrial da América Latina.

Além disso, o capital internacional raramente dispõe de seus próprios recursos para

umentar a capacidade produtiva local. No pós-guerra, isso se demonstrou com os incentivos norte-americanos para promover o financiamento da infraestrutura de energia e transportes capaz de sustentar a entrada maciça dos investimentos industriais (DOS SANTOS, 2020). Podemos ver similaridades com o, ainda incipiente, processo de financiamento chinês na última década com a Nova Rota da Seda ou os financiamentos “verdes” europeus.

O funcionamento do IED é, portanto, um reflexo das condições de dependência e seus determinantes são baseados no excedente dos grandes centros de acumulação. Além disso, as condições internas dos países dependentes moldam a forma de entrada desses investimentos, em que as políticas econômicas são decididas pela oligarquia rural, mineira e comercial exportadora. O investimento estrangeiro dentro das relações de dependências, então, não tem como ser o herói no sonho cepalino da industrialização.

Além de existir uma extensa literatura sobre as teorias do investimento, existem divergências ainda maiores sobre como caracterizar um investimento como IED. A maioria dos trabalhos estatísticos para mensurar o IED adotam os conceitos do FMI e da OCDE e tem como origem as balanças de pagamentos, limitando a análise somente aos fluxos de entrada e saída de investimentos (SONG, 2019). Essa limitação dificulta uma análise mais profunda que abarque questões estruturais, de distribuição setorial, real emprego e consequências dos investimentos.

Ainda, o uso desses conceitos não é consenso absoluto, principalmente no caso da China, já que as orientações do MOFCOM só consideram as F&A que concentrem 25% como IED (STANLEY, 2019). Em suas bases de dados nacionais, os países dispõem de diferentes marcos regulatórios do IED e seguem diferentes métodos de compilação de dados sobre investimento. A inconsistência, a incompatibilidade e a fraca qualidade das estatísticas de IED dificultam a análise empírica e comparável, principalmente nos países em desenvolvimento (YUE, 2013). Além disso, existem problemas estatísticos significativos quanto aos montantes de IED e seu destino real.

Os dados oficiais agregados dos fluxos bilaterais da China com outros países, nas bases de dados da UNCTAD e MOFCOM, apresentam distorções devido à existência de circuitos de *round-tripping* e de *trans-shipping* (também conhecido como fluxo indireto de IED) em que não se tem claro o destino real do capital investido (SILVA, 2015). Durante o período de 2003-2009, 58% do IED chinês se dirigiu a Hong Kong, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens (DUSSEL PETERS, 2013). Nesse mesmo período, o montante de IED chinês na América Latina e Caribe (ALC), segundo relatórios do Ministério de Comércio Chinês

(MOFCOM, 2020), era 97% destinado às Ilhas Cayman e Ilhas Virgens.

A dificuldade em mensurar os fluxos de investimento é particularmente relevante no caso chinês, já que até 2003 não existiam estatísticas oficiais de IED no país (SONG, 2019). Ulloa e Becerra (2017) constataram que os investimentos destinados à América Latina passam, em maioria, pela utilização de paraísos fiscais e, por isso, acabam não sendo registrados em seus destinos reais. Por fim, o controle estrito das instituições chinesas faz com que empresas privadas evitem órgãos administrativos, causando uma maior subestimação nos fluxos de IED (YUE, 2013, p. 204).

O IED chinês é qualitativamente diferente do resto dos fluxos de investimento e requer um tratamento diferente, apesar disso, as instituições nacionais e internacionais somente se concentraram em seus aspectos quantitativos e descritivos (DUSSEL PETERS, 2013). Por esses motivos, a presente pesquisa utilizou não só os montantes dos fluxos de IED, fornecidos pela UNCTAD, pelo MOFCOM e pela CEPAL, mas também, os dados de transações detalhadas fornecidos pelo Monitor da Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre China, e pela *China Global Investment Tracker* da America Enterprise Intitute (AEI). Os dados encontrados foram compilados na Tabela 2 para posterior utilização no entendimento do IED chinês no Triângulo do Lítio.

Tabela 2 – IED chinês no Triângulo do Lítio – Investimentos em Lítio (2018 - 2021).

Ano	País	Empresa investidora	Empresa receptora	Tipo de projeto	Investimento (milhões de dólares americanos)	Tipo de propriedade
2016	Chile	Tianqi Lithium Corp	Talison Lithium, Windfield	F&A	209,6	Pública
2018	Argentina	Nextview	Lithium X	F&A	265	Privada
2018	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Minera Exar & Lithium America. SQM	F&A	87,5	Privada

2018	Chile	Tianqi Lithium Corp	Sociedad Química y Minera de Chile S.A SQM	F&A	4100	Privada
2018	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Mariana lithium Corp. & Lithium America	Novo	17	Privada
2019	Argentina	Tibet Summit Resources	Potasio Litio Argentina Sociedad Anónima (PLASA)	F&A	180	Pública
2019	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Minera Exar & Lithium America. SQM	F&A	160	Privada
2019	Bolívia	Xinjiang TBEA Group	Yacimientos de Litio (YLB)	Novo	2300	Pública
2021	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Arena Minerals	F&A	9	Pública
2021	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Millennial Lithium	F&A	280	Pública
2021	Argentina	Zijin Mining Group Ltd	Neo Lithium	F&A	737	Pública
2021	Argentina	Tsingshan Holding	Eramine Sudamerica	Novo	200	Privada
2021	Argentina	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Jiangxi Ganfeng Lithium Co.,Ltd	Novo	580	Pública

Fonte: REDALC-China (2022) e AEI (2022) (elaboração própria).

A tabela 2 indica uma preferência dos capitais chineses pela compra de empresas já existentes no setor do lítio na região com processos de fusões e aquisições somando mais de 65% do valor total das transações. O tipo de propriedade entende o tipo de empresa que forneceu o investimento, são consideradas públicas também aquelas que provém de financiamento público através de bancos estatais. Em contra ao panorama total de investimentos chineses que apresenta 76,75% do montante provido de propriedades públicas entre 2000 e 2021, no Triângulo do Lítio somente 47% dos investimentos são de origem pública no mesmo período (RED ALC-CHINA, 2022; AEI, 2022; DUSSEL PETERS, 2021).

Para entender melhor os movimentos de capitais chineses, é preciso considerar o ressurgimento econômico chinês e as relações da RPC com a região latino-americana e, mais especificamente, com o Triângulo do Lítio. Além disso, é essencial conhecer as empresas que promovem esses investimentos e mapear onde estão atuando na região. Esses temas são desenvolvidos no próximo capítulo e utilizam as análises sobre o capital financeiro e os dados já apresentados.

3 O CONSENSO DE BEIJING NO OURO BRANCO ANDINO

4.1 A CHINA NA NOVA CONFIGURAÇÃO MUNDIAL

O ressurgimento chinês foi tópico de discussões a partir do final do século XX, se colocando lado a lado com o declínio estadunidense (ARRIGHI, 1996; GUNDER FRANK, 1998; MEDEIROS, 2006; ACIOLY, 2005). A utilização do termo “ressurgimento” faz referência ao papel central da China no sistema pré-moderno, que teve um PIB maior do que qualquer outro país em 18 dos últimos 20 séculos (BREGOLAT, 2015).

[...] a reincorporação da China continental às economias de mercado global e regional trouxe de novo ao cenário um Estado cuja importância demográfica, abundância de mão-de-obra e potencial de crescimento ultrapassavam por ampla margem as de todos os outros estados que operavam na região, inclusive os Estados Unidos. Em menos de 20 anos depois da missão de Richard Nixon a Beijing, e menos de 15 anos depois do restabelecimento formal de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a República Popular da China, este container gigantesco de força de trabalho já parecia prestes retomar a posição de forte polarizador de meios de pagamento que fora na pré-modernidade e no início da modernidade (ARRIGHI, 1996, P. 10-11).

Nesse sentido, o século XX foi um momento de grande reconfiguração do Império do Meio com o fim do sistema milenar de dinastias. A história chinesa foi marcada pela unificação e separação de seus reinos, com isso em mente, a tentativa republicana teve como um dos maiores desafios manter o território chinês íntegro (KISSINGER, 2011). Apesar do fim do período dinástico ter fim em 1912, a idade contemporânea na China é identificada somente a partir de 1919.

Essa data se deve ao Movimento de Quatro de Maio, que nasceu como um protesto contra a transferência dos direitos da Alemanha ao Japão sobre a província chinesa de Shantung (BIANCO, 1987). A esse movimento se vinculam sentimentos de superação do modo confuciano de civilização tradicional, sem deixar de lado uma ideologia nacionalista. Nesse contexto se consolidam o partido nacionalista Kuomintang (1919) e o Partido Comunista Chinês (1921) que entre 1924 e 1927 formam uma aliança a fim de unificar a República da China.

Após a derrota do partido nacionalista, em 1949, é criada a República Popular da China (RPC) dirigida inicialmente pela figura de Mao Zedong. Com a consolidação do novo regime, a preocupação se volta para o desenvolvimento do país ainda agrário na transição ao

socialismo com o primeiro Plano Quinquenal em 1953. Esse plano, influenciado pelo plano soviético e suas lições, previa a coletivização da produção agrícola e prioridade a indústria pesada, principalmente a estrutura de transportes.

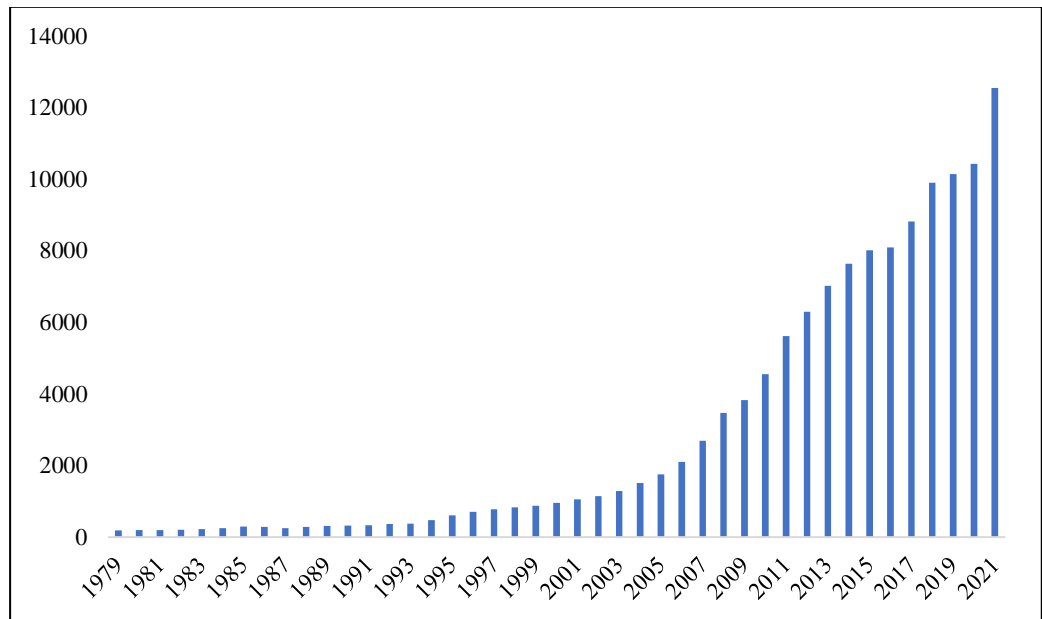
Durante sua execução, entretanto, foi lançada a campanha do “Grande Salto Adiante” por Mao em 1958. A tentativa de acelerar o desenvolvimento industrial não foi efetiva, abrindo um período de crise econômica na década de 1960. Devido à crise, o segundo plano de desenvolvimento inverte a ordem de prioridades econômicas, colocando a agricultura em destaque, mas, mesmo com as mudanças, a fome e instabilidade econômica persistiram.

Formou-se, então, um plano de fundo para a Revolução Cultural iniciada por Mao em 1965 que durou até 1969. Nesse período, Mao concentrou-se em eliminar elementos corruptores da via socialista na China. Apesar de conseguir de volta a centralidade do poder nas mãos do maoísmo por algum tempo, figuras atacadas pela Revolução Cultural voltaram ao poder a partir do X Congresso do PCCh (BIANCO, 1987).

Com a morte de Mao Tse-tung e a reabilitação de Deng Xiaoping pelo PCCh no fim da década de 1970, começou uma reforma e abertura da República Popular da China (RPC). Essa reforma daria forma ao socialismo com características chinesas que o PCCh defende em suas fronteiras.

As consequências das reformas trouxeram novas concepções não só para o sistema econômico interno do país, mas também para a postura chinesa com o restante do mundo. Houve uma mudança de lógica em comparação ao que se ditava com a Revolução Cultural, para Deng, não importava a natureza dos métodos desde que a China se desenvolvesse (BREGOLAT, 2011). E foi com uma economia de mercado que a China assumiu um novo papel no sistema econômico internacional, multiplicando em mais de 10 vezes seu PIB per capita entre 2001 e 2020, como ilustrado no Gráfico 4.

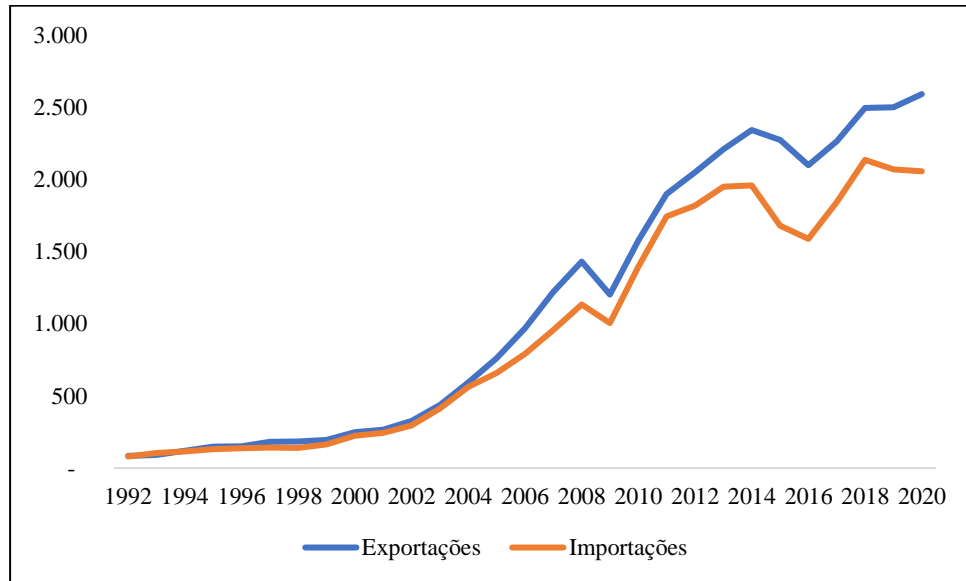
Gráfico 4 – PIB per capita chinês (1979-2021) (dólar a preços correntes).



Fonte: Banco Mundial, 2022 (elaboração própria).

Os métodos de Deng abraçaram a abertura comercial e a inversão estrangeira direta, com a intenção de converter a China em um país da vanguarda tecnológica capaz de contrastar o mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos na época (SLIPAK, 2014). O novo cenário após sua ascensão permitiu à RPC começar um processo de expansão no Sistema Internacional. O reflexo da abertura chinesa e a evidência de sua ascensão podem ser observadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Balança comercial chinesa (1992-2020) (bilhões de dólares americanos).



Fonte: UN Comtrade, 2022 (elaboração própria).

A partir do início do século XXI, marcado pela entrada da RPC na OMC, os fluxos comerciais chineses tiveram um aumento considerável tanto nas exportações como nas importações. Apesar do constante superávit nas exportações, observa-se que as importações espelham os níveis de exportação de certa maneira.

Nos últimos anos, porém, há uma tendência ao aumento da diferença em exportações, principalmente a partir de 2015. Isso demonstra uma resiliência aos períodos de crise econômica, mesmo com a pandemia do COVID-19 a China foi a única entre os dez principais países exportadores a aumentar seu número de envios (CEPAL, 2021a). A China se apresenta como um *player* estável e em expansão no Sistema Internacional, cada vez mais fazendo frente à hegemonia estadunidense.

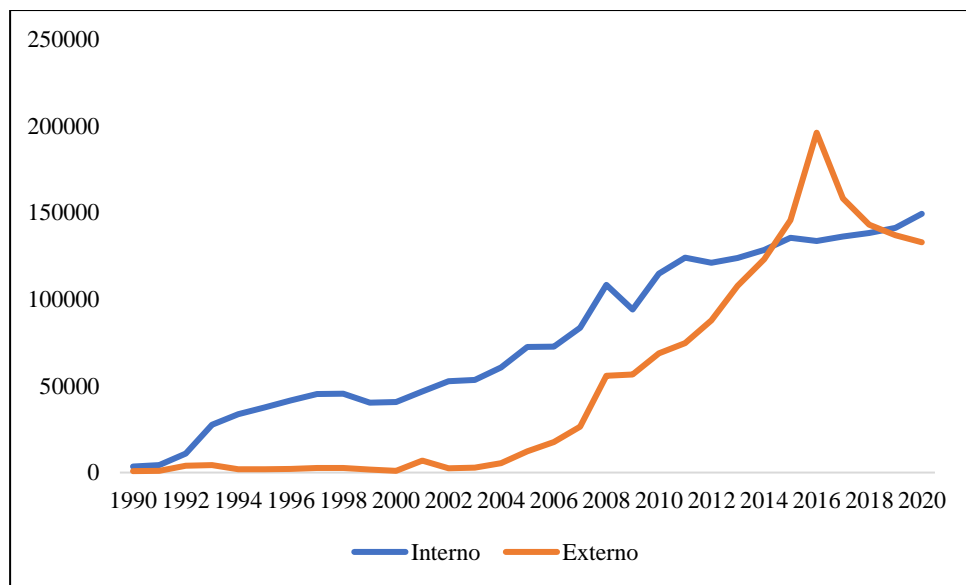
Assim, cresceu a economia chinesa de mercado que é cada vez mais difícil de distinguir do *modus operandi* do sistema capitalista. Na sua presença internacional, a China adota, a partir de então, uma postura discursiva de emergência pacífica, projetando sua prioridade de desenvolvimento e cooperação na sua política externa.

Para alcançar sua expansão econômica, a RPC desenvolveu diversas estratégias comerciais, diplomáticas e culturais, sendo que algumas dessas pretendem distanciá-la da imagem negativa do imperialismo, em particular o estadunidense (FERNÁNDEZ, ROMERO, 2018). Com esse discurso contra o *status quo* do Sistema Internacional, busca-se fortalecer suas relações com países dependentes que atualmente estão sob a tutela dos EUA.

O capital financeiro teve um papel importante na abertura chinesa ao comércio internacional (ACIOLY, 2005). A abertura para o investimento estrangeiro, no entanto, foi controlada pelo PCCh de forma que cumprisse com os interesses do desenvolvimento do gigante asiático. O sucesso dessa política ainda tem efeito nos últimos anos, mesmo com a pandemia, os fluxos internos de IED aumentaram 6% em 2020 (UNCTAD, 2021).

Além de abrir as portas ao investimento externo, o governo incentivou a saída do capital chinês na política conhecida como *Going Global* a partir do fim da década de 1990. Se considera 2002 como o momento de aceleração dessa iniciativa, uma vez que nesse ano o informe final do 16º Congresso Nacional do Partido Comunista estabeleceu o compromisso nacional de estímulo à internacionalização de empresas chinesas (SILVA, 2015). Os resultados desta política são visíveis no Gráfico 6, principalmente a partir de 2005.

Gráfico 6 – Investimento Estrangeiro Direto chinês: fluxos interno e externo (1990-2020).



Fonte: UNCTAD, 2022 (elaboração própria).

A política *Going Global* definiu os catálogos e prioridades de investimento focados em indústrias específicas, principalmente nos primeiros anos de abertura. Isso faz com que o setor público tenha um papel decisivo na formação desses fluxos. Se estabeleceram listas positivas de setores e processos elegíveis para saída de capital estrangeiro, em contraste com a maioria dos países, que estabelecem listas negativas, proibindo setores e produtos, permitindo a saída de capital estrangeiro no resto (DUSSEL PETERS, 2015). A estratégia evidencia a pretensão chinesa de construir “campeãs nacionais” em uma ampla variedade de setores, como

de *commodities*, bens de consumo, alimentos e bebidas, comércio, navegação e construção (MENDONÇA *et al*, 2021).

As instituições chinesas que lidam com a regulação do IED chinês são a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDCR), o MOFCOM e a Administração Estatal de Trocas Exteriores da China (SAFE). Os investimentos, para sair do país, necessitam de aprovação dessas três instituições. Isso causa, por diversas vezes, uma subestimação do que realmente é investido, já que empresas privadas preferem evitar contato com os órgãos administrativos (YUE, 2013).

Entre 2014 e 2015, os procedimentos de regulação foram renovados, a partir desse momento houve uma padronização dos processos, gerando uma maior eficácia. Porém em 2016, o aumento de saídas de investimento em 34,7% e diminuição de entradas de investimento em 2% fez com que o governo chinês se tornasse mais vigilante com os setores de destino (SONG, 2019).

Em uma coletiva de imprensa, Wang Chunying, Diretor do Departamento de Balança de Pagamentos da SAFE, afirmou que os departamentos interessados continuariam a observar a tendência de investimentos irracionais em imóveis, hotéis, cinemas, entretenimento, e clubes desportivos para se protegerem dos riscos associados aos investimentos de saída e recomendarem que as empresas relevantes sejam prudentes na tomada de decisões (SAFE, 2017). Com isso, entende-se que para além de controlar os investimentos estrangeiros que entram no país, o PCCh tem interesse que os capitais chineses sejam empregados no exterior de maneira estratégica.

Ainda no Gráfico 6, se observa que essa maior vigilância levou a uma queda nos anos posteriores que se agravou com a pandemia. A pandemia da COVID-19 trouxe uma queda dramática no IED em nível mundial, os fluxos globais de IED tiveram uma queda de 35% em 2020 (UNCTAD, 2021). Entretanto, a posição chinesa permanece resiliente, mesmo com uma queda de 3% na saída de IED, a China ocupa o lugar de maior investidor mundial em 2020 (MOFCOM, 2020).

Com a crise na hegemonia estadunidense, os chineses adotaram um posicionamento de líder dos “países emergentes”, buscando novos parceiros internacionais revisitando o sentimento da Conferência de Bandung (1955). As ideias de não interferência política e ascensão pacífica permanecem no *DNA* da política externa chinesa. Esses mesmos valores, todavia, não condizem com sua presença econômica e geopolítica dos últimos anos que vem se tornando cada vez mais ambiciosa com o crescimento chinês. Nos últimos anos, se tornou

comum ver o avanço das multinacionais chinesas em áreas como extrativismo de matérias-primas e energia nos países emergentes.

Em 2008, o governo chinês emitiu seu primeiro documento político sobre a América Latina e o Caribe, propondo o objetivo de estabelecer uma parceria abrangente e cooperativa com igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum com os países da América Latina e do Caribe (CHINA, 2016). Esse esforço chinês na aproximação com a ALC reflete seus resultados na matéria comercial: a China como maior parceira comercial e maior investidora na América Latina. Desde 2018, a China é o destino da maioria das exportações da América Latina e Caribe e a origem da maior parte das importações desde 2019 (ALADI, 2022).

No contexto latino-americano, para Slipak (2014), a integração econômica com a China cria um fenômeno que o autor chama de “consenso de Beijing”. Esse consenso não seria uma substituição dos preceitos de Washington, mas utiliza das tendências neoliberais em favor da RPC que surfa na falta de regulação latino-americana. Isso demonstra que a presença chinesa na região não contesta a hegemonia de Bretton Woods, mas conforma uma hegemonia compartilhada com os Estados Unidos na região (DOS SANTOS, 2003).

A institucionalização das relações entre China e América Latina tiveram avanços desde o Livro Branco de 2008. São exemplos: o Fórum China-CELAC, a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) e os Tratados de Livre Comércio (TLCs). Os TLCs assinados com a China somam três, sendo eles com: Chile (2006), Peru (2009) e Costa Rica (2011).

O Fórum China-CELAC em 2014 foi a primeira iniciativa de nível regional com o gigante asiático, foram tratados temas como infraestrutura, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável (VADELL, 2018). Nos últimos anos, o fórum perdeu força devido às crises políticas e econômicas nos países que figuravam como líderes regionais. Essa iniciativa representou a primeira institucionalização das relações chinesas com a região da ALC como um todo.

A ICR, ou Nova Rota da Seda, inaugurada em 2013, teve seu primeiro Fórum em 2017. Nesse Fórum, a América Latina recebeu uma maior atenção, com a participação dos presidentes do Chile e Argentina presentes. Desde o ingresso do Panamá em 2017, como o primeiro país latino-americano a entrar na ICR, 21 países da ALC apoiaram a iniciativa.

A justificativa para a implementação da ICR se encontrava na lacuna global de investimentos em infraestrutura (MENDONÇA *et al*, 2021). Essa lacuna é desenhada a partir das necessidades da estrutura produtiva chinesa que se torna cada vez mais complexa. Os investimentos em infraestrutura na maioria das vezes são sinérgicos com as empreitadas

produtivas dos países investidores no exterior, o que se repete no caso dessa iniciativa.

O resultado desse processo é o recolhimento do acúmulo de capital desses setores pelas empresas chinesas e o manutenção do *status* de dependência dos países receptores dos investimentos. Há, ainda, uma perspectiva que a entrada dos capitais chineses na América Latina e Caribe é uma tentativa de transferir a experiência que o desenvolvimento chinês teve com a utilização de investimento em infraestrutura em seu desenvolvimento (GRANSOW, 2015). Porém é importante ressaltar a singularidade da natureza dependente latino-americana, tanto em seus fatores internos como externos.

Além disso, não se deve esquecer das intensas reformas que precederam sua abertura para o investimento externo e o alto nível de regulação que o PCCh exerce. Defender uma ideologia de abertura de mercados sem entender os moldes que essa foi concebida na China ou em qualquer outro lugar do globo seria uma nova tentativa de “chutar a escada” de Chang (2004).

4.2 O IED CHINÊS NO TRIÂNGULO DO LÍTIO

A estratégia chinesa *Going Global* transformou a presença dos investimentos chineses no mundo todo com seus mecanismos estatais de promoção da IED chinesa. As empresas chinesas que investem no estrangeiro contam com enormes apoios tanto financeiros como institucionais do setor público chinês (SONG, 2017). Isso condiciona os investimentos que saem do país, passando por um aparato estatal que filtra quais são investimentos considerados “racionais”.

A China se tornou uma importante fonte de IED dentro de um período relativamente curto devido à sua expansão econômica. Na América Latina e Caribe, desde o início do século XXI, o IED chinês conquistou um novo espaço entre os antigos investidores (Estados Unidos, Espanha e Canadá). Porém o padrão dos investimentos chineses na ALC não corresponde ao processo de sofisticação tecnológica no país, já que as atividades se concentram, ainda, em mineração, energia e infraestrutura de transporte (CEPAL, 2021b).

Nos últimos dez anos, houve importantes mudanças na distribuição dos investimentos chineses entre os países da ALC. Há uma queda na entrada de investimentos no Brasil e Argentina, que somavam 59,11% da IED entre 2010 e 2015 (RED ALC-CHINA, 2022). No entanto, o Brasil e a Argentina ainda são atores muito importantes para compreender a atuação da China na ALC. Os motivos para essa diminuição tão expressiva nos últimos anos estão nas crises políticas e econômicas nos dois países. A mudança presidencial na Argentina

em 2015 e a queda de Dilma Rousseff no Brasil iniciam um processo de desintegração regional e desmobilizam os projetos de integração existentes.

A crise política somada às dificuldades econômicas com a baixa nos preços do petróleo e o fim do super ciclo de *commodities* afetou mais expressivamente o Brasil e a Argentina que a maioria dos países latino-americanos (EGLER, 2019). Apesar disso, o Brasil apresentou uma recuperação rápida, com novos investimentos em energia que colocaram o país como principal destino mundial de IED chinês em 2021 (AEI, 2022).

Ao mesmo tempo, percebe-se um gradual aumento na participação da IED chinesa em dois países: Chile e Peru. A participação agregada dos dois países entre 2010 e 2015 estava limitada a 20%, no período entre 2015 e 2020 esse valor subiu para 35% (RED ALC-CHINA, 2022). Há que destacar que no ano de 2018 Chile e Peru representaram 65% do montante de investimentos na ALC (DUSSEL PETERS, 2021). Esta mudança de direção dos investimentos momentânea chineses é resultado da queda dos investimentos no setor agrícola e dá uma maior importância aos investimentos nos setores extrativo e energético.

Nota-se uma sinergia entre os investimentos em energia e os setores extrativos, a exemplo disso temos a compra da Companhia Geral de Eletricidade (CGE) no Chile finalizada em 2020. A empresa atende 57% dos consumidores, abarcando toda a rede no norte chileno onde estão a maioria das atividades de mineração (DIÁLOGO CHINO, 2021). Isso demonstra uma preocupação do setor público chinês em garantir a infraestrutura correlacionada com as exportações de matérias-primas chave na indústria chinesa.

Com essa mesma preocupação, os projetos de construção de portos e ferrovias fazem parte de uma lógica de melhoria no escoamento de produtos para exportação. Os financiamentos de bancos chineses, a partir de acordos bilaterais e a iniciativa da Nova Rota da Seda, procuram garantir as etapas da estrutura extrativista. A partir de 2010, verifica-se um maior crescimento, também, dos investimentos em infraestrutura de transportes, principalmente portos (CEPAL, 2021b).

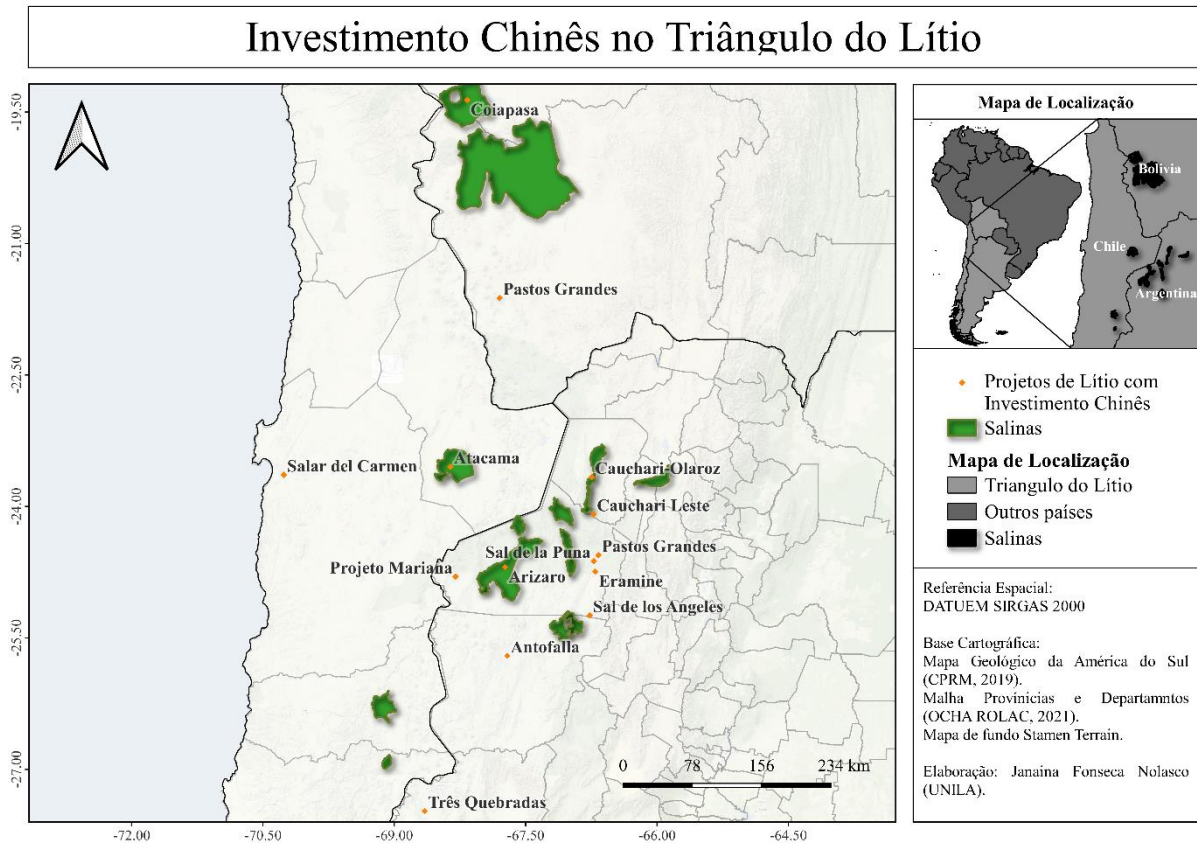
Apesar do setor público ser a principal fonte do IED chinês na ALC, a participação de empresas privadas vem aumentando nos últimos anos, principalmente nas F&A do setor mineral (DUSSEL PETERS, 2021). Com os efeitos da pandemia em 2020, os investimentos tipo *greenfield* caíram enquanto investimentos de F&A se mostraram resilientes (RAY et al, 2021). Em 2021, esse padrão continuou com as operações de F&A somando 60% do total do montante de IED chinesa na ALC (REDALC-CHINA, 2022). Isso se soma com uma retraída dos avanços de empréstimos em 2020, com nenhum novo compromisso de financiamento

assinado entre os bancos chineses e os países da ALC pela primeira vez em quinze anos (RAY et al, 2021).

O recente avanço do IED chinês no setor mineral se tornou relevante para análises da extração do lítio na ALC, especificamente no Triângulo do Lítio. O investimento estrangeiro na região é expressivo desde a revolução tecnológica dos portáteis, porém a perspectiva de aumento na demanda do lítio devido a nova transição energética faz com que a região se torne ainda mais importante. A entrada de IED chinês no setor do lítio na Argentina, Bolívia e Chile têm registros desde 2016, como demonstra a Tabela 2.

As empresas Tianqi Lithium, no Chile, TBEA Group, na Bolívia, e Jiangxi Ganfeng Lithium, na Argentina, representam a entrada da China na competição pelo recurso dentro do Triângulo do Lítio. As transações são, em sua maioria, F&A de empresas de capital aberto através da compra de ações que já pertenciam a investidores estrangeiros. Uma importante exceção ocorre na Bolívia, em que a extração do lítio é controlada pela estatal YLB.

A região do Triângulo se concentra no norte do Chile e Argentina e no sul da Bolívia, apesar de existirem outras salinas registradas fora dessa região. O investimento chinês se concentra também nessa região como se observa no mapa da Figura 1.

Figura 1 – Mapa do Investimento Chinês no Triângulo do Lítio

Fonte: CPRM (2019), OCHA ROLAC (2021), REDALC-China (2022) e AEI (2022) (elaboração própria).

A partir do mapa da Figura 1 e dos dados da Tabela 2, foram analisadas as empresas que participaram das transações de IED chinês no Triângulo do Lítio. Nessa análise, utilizou-se de informações fornecidas pelas empresas e coletadas de relatórios anuais, sites oficiais e notas de imprensa.

Nas transações argentinas foram coletadas informações das empresas Next View; Lithium X; Tibet Summit Resources; Gangfeng Lithium; Minera Exar; Mariana lithium Corp.; Arena Minerals; Millennial Lithium; Tsingshan Holding; Eramine Sudamerica; Zijin Mining Group; e Neo Lithium. O país recebeu aproximadamente 2,5 bilhões de dólares em investimentos chineses no setor do lítio entre 2018 e 2021, com um total de 10 transações confirmadas (Tabela 2).

Com início de atividades em 2010, Next View é uma corporação de investimentos com fundos em tecnologia da informação, recursos, meio ambiente, consumo e outros setores. Atualmente opera em Beijing Shanghai, Shezhen e Tianjin e é especializada em investimentos do tipo F&A. Junto com a Tibet Summit Resources, comprou todas as ações da canadense

Lithium X em 2018 por 265 milhões de dólares com aprovação da Canadian Securities Exchange (bolsa de valores canadense) e jurisdição da lei federal canadense sobre investimentos estrangeiros diretos (NEXT VIEW, 2018).

Além da Lithium X, possui 20% da Bacanora Minerals e participa do Projeto de Sonora de exploração de lítio no México. Na Argentina, o investimento foi direcionado ao desenvolvimento do projeto e contou com um comprometimento de fornecimento de carbonato de lítio para a Nextview em suas fases de execução (NEXT VIEW, 2017). As transações nas duas empresas foram anunciadas no mesmo período no fim de 2017 e demonstram o interesse da empresa chinesa de garantir o fornecimento de carbonato de lítio.

A Lithium X é uma companhia exploração de recursos com foco na indústria de lítio com sua matriz localizada em Vancouver, Canadá. A empresa possui dois projetos no Triângulo do Lítio, mais especificamente na província de Salta na Argentina, além de participar do projeto Clayton Valley em Nevada nos Estados Unidos com 19,9% de propriedade da Pure Energy Minerals. Segundo Yaping He, CEO da Nextview, a compra da Lithium X representa um investimento fundamental na estratégia de desenvolver um *player* global líder no novo setor de energia (LITHIUM X, 2017).

A primeira iniciativa da empresa está localizada no Salar de Azario com 33.846 hectares de uma das maiores salinas de lítio conhecidas no mundo. Azario se encontra a 45 km da fronteira com o Chile e a 100 km do Salar de Diablillos. Essa salina conta com a presença de outros proprietários somando 11 títulos de direito de exploração mineral, entre que atuam na região estão: Eramet, Sentient e REMSA (Governo de Salta).

O segundo projeto da empresa foi instalado no Salar de Diablillos com o nome de “Sal de los Angeles”. O projeto consiste em 8.854 hectares, cobrindo toda a salina e contando com mais de 1 milhão de toneladas de carbonato de lítio de produção estimada. Foram investidos, aproximadamente, 20 milhões de dólares canadenses entre 2010 e 2017 (LITHIUM X, 2022).

Em 2019, a companhia chinesa Tibet Summit Resources comprou a Potásio y Lítio de Argentina (PLASA), que concessionou o Salar de Diablillos, por 180 milhões de dólares. Essa aquisição colocou 100% dos títulos do Projeto Sal de los Angeles no nome da Lithium X. A Tibet é uma empresa financiada pelo projeto da Rota da Seda e iniciou seus trabalhos com um projeto de zinco no Tajiquistão (TIBET SUMMIT, 2016). Em novembro de 2021, no 14º Cúpula Empresarial China-América Latina, a empresa assinou um acordo de investimentos no valor de 1,7 bilhões de dólares com a província de Salta (TIBET SUMMIT, 2021).

Outra grande investidora do lítio argentino, a Ganfeng Lithium, nasceu em 2000 e se converteu na primeira produtora de metais de lítio a nível mundial com presença na China, Austrália, Irlanda, México, Mali e Argentina. A empresa iniciou sua expansão em solo argentino, em 2021 a empresa totalizou seis transações no setor do lítio, quatro em F&A e dois projetos novos (*greenfield*). É conhecida pelo fornecimento de baterias de lítio para o setor emergente de carros elétricos, tendo assinado um acordo de cooperação com a Tesla em 2018 e um acordo de suprimento com a BMW 2019 (GANFENG LITHIUM, 2022a).

Ganfeng Lithium se apresenta como uma eco-empresa líder mundial em lítio e opera em todo o ciclo de produção de baterias de lítio, desde a extração até a reciclagem. No processo de extração, a empresa atua com tecnologias de extração mineral, em salinas e a partir de baterias recicladas. A capacidade do grupo empresarial em produção de baterias de lítio é a maior da China e a terceira maior a nível mundial, já na produção do mineral ocupa a primeira posição (GANFENG LITHIUM, 2021a).

A empresa foi estabelecida em 2000 e em 2010 se tornou a primeira empresa chinesa de lítio de capital aberto quando listada na Shezhen Stock Exchange. Posteriormente, em 2018, Ganfeng é listada na Hong Kong Stock Exchange e é pioneira novamente, sendo a primeira companhia de lítio chinesa a ter dupla certificação. A matriz se encontra em Xinyu e conta com uma filial internacional em Shanghai (GANFENG LITHIUM, 2022a).

Na Argentina, a empresa tem presença em dois projetos de exploração de lítio: O Projeto de Mariana na salina Llullaillaco, e o Projeto Cauchari-Olaroz, na salina de mesmo nome. A extração de lítio nas salinas é um marco na construção de uma imagem “sustentável” da empresa, por utilizar menos energia no processo em comparação com outros meios de extração. Segundo o relatório de sustentabilidade da Ganfeng (2021b), as salinas reduzem o consumo de combustíveis fósseis sem emitir excesso de dióxido de carbono e outros produtos de combustão.

Esse argumento corroborou para que a gigante chinesa do lítio fosse selecionada para estar entre as 500 empresas chinesas que melhor empregou as práticas ESG (Meio Ambiente, Social e Governança). A marca “verde” da empresa está estreitamente relacionada com veículos elétricos, no total, os carros que foram montados com produtos da Ganfeng viajaram aproximadamente 88 bilhões de quilômetros ao redor do mundo entre 2015 e 2021 (GANFENG LITHIUM, 2021b).

O Projeto Mariana, localizado no oeste da província de Salta, começou suas operações em julho desse ano e conta com 8,12 milhões de toneladas de carbonato de lítio

equivalente aproximadamente (GANFENG LITHIUM, 2022b). A empresa conta com a totalidade dos direitos de exploração da salina, a perspectiva é de que a salina produza um total de 20 mil toneladas de lítio anualmente. A empresa equipou o projeto com placas solares de 120 MW, assim como uma reserva natural em volta da salina como tentativa de proteger os flamingos andinos que estão ameaçados por conta da atividade mineira na região.

Apesar de planta estar construindo seu próprio tratamento de esgoto, os resíduos líquidos que não atenderem aos padrões de despejo serão transportados para a cidade de Salta para tratamento adequado, utilizando do saneamento público (GANFENG LITHIUM, 2021b). Para atender os objetivos sociais, os empregados participam de uma celebração à *Pachamama* todos os anos. Segundo a empresa (2021b, p. 75, tradução nossa), “o espírito desta cultura local combina com as práticas de proteção ambiental e sustentabilidade da Ganfeng Lithium, e as tradicionais cerimônias comemorativas frequentemente incorporam ideais avançados e respeitáveis”.

Apesar do respeito que a empresa tenta demonstrar em seus relatórios e notas de imprensa, a população local não participa nas decisões sobre o lítio nas salinas. As explorações na região de Salta foram autorizadas sem a consulta às comunidades nativas ou garantia dos direitos indígenas protegidos pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pela Argentina em 1992 e incorporada na constituição em 2000 (BLAIR *et al*, 2022).

Já a salina de Cauchari-Olaroz, localizada no noroeste da província de Jujuy, conta com vantagens geográficas como sua localização em um planalto, o clima menos chuvoso, uma boa luminosidade e radiação solar e baixa latitude. A Ganfeng (2021b) admite que os recursos hídricos na região são críticos na região, há escassez de água durante o ano todo sendo Cauchari-Olaroz considerado como um ecossistema frágil (MARCHEGINANI *et al*, 2018). Por ser um projeto em construção, ainda não se sabe sobre a real contaminação e uso da água no projeto, mas não há instrumento de monitoramento da qualidade ou uso dessa água que não seja operado pelas próprias empresas de exploração. O Relatório de Sustentabilidade da Ganfeng (2021b) indicou que a empresa utilize aproximadamente 34 mil litros de água por tonelada de lítio, o projeto de Caucharí-Olaroz prevê a produção de 43 mil toneladas de lítio ao ano, então, a projeção é de que se utilize 1,4 bilhão de litros por ano no projeto (MINERA EXAR, 2022).

Caucharí-Olaroz tem a missão ambiciosa de se tornar uma das atividades de extração de lítio mais “ecologicamente correta”. O projeto de extração conta com a presença de uma estação de energia fotovoltaica de 300MW em Cauchari que foi construída por uma

subsidiária da Powerchina contratada pela província de Jujuy com financiamento do Banco de Exportação-Importação da China (BANCO EXIM, 2020; DIÁRIO DO POVO, 2020; POWERCHINA, 2021). A estação ficou pronta em 2019 e depois que a planta de Cauchari-Olaroz ficar pronta, a energia solar será utilizada na extração de lítio quando a evaporação natural não for suficiente para atender a demanda pelo mineral (GANFENG LITHIUM, 2020a).

O primeiro investimento da Ganfeng foi a compra de 87,5 milhões de dólares em ações da Sociedad Química y Minera de Chile (SQM) sobre a Minera Exar em 2018, conforme a Tabela 2. Com um aporte adicional de 160 milhões de dólares em 2019, a empresa conta com 50% das ações da empresa argentina (GANFENG LITHIUM, 2020b). A Minera Exar opera o Projeto Caucharí-Olaroz e é um *joint-venture* entre a Ganfeng, a Lithium Americas Corp. e a estatal argentina Jujuy Energía y Sociedad del Estado (JEMSE). Em abril de 2021, JEMSE formalizou sua incorporação ao projeto com 8,5% de participação (MINERA EXAR, 2022).

Ainda em 2018, Ganfeng investiu no Projeto Mariana a partir da compra da Lítio Minera Argentina e, em 2021, expandiu sua participação para 100% do projeto (GANFENG LITHIUM, 2022b). Um aporte de 580 milhões de dólares foi feito em 2021, a partir da filial Lítio Minera Argentina SA, para consolidar uma planta que se abasteça somente de energia solar. Em reunião com o presidente Alberto Fernández, representantes previram um total de 600 milhões de dólares em investimentos futuros para o projeto (ARGENTINA, 2022).

No mesmo ano, a companhia volta a investir na Argentina com a compra de 19,9% das ações da canadense Arena Minerals. A empresa conta com dois projetos, o Sal de la Puna, com 11.000 hectares, e o Antofalla, com 6.000 hectares. Ganfeng investiu seus recursos no primeiro projeto sendo acionista majoritária com 17% da empresa, enquanto o segundo conta com investimentos da australiana Albermarle (ARENA MINERALS, 2022).

A canadense Millennial Lithium foi comprada, também, por 280 milhões de dólares pela Ganfeng em 2021. Millennial opera o Projeto Pastos Grandes de exploração de lítio, na província de Salta com 12.619 hectares, e o Projeto Cauchari Leste, na província de Jujuy com mais de 11 mil hectares (MILLENNIAL LITHIUM, 2021). Segundo a empresa (2022), foram investidos mais de 40 milhões de dólares desde o início do projeto e projeta-se uma vida útil de mineração de 40 anos para a região.

O valor de mercado da Millennial Lithium coloca a empresa entre as quatro maiores companhias de extração de lítio na Argentina (MILLENNIAL LITHIUM, 2021). Pastos Grandes tem previsão de começo de produção para 2024 e os estudos feitos pela Millennial (2021) para exploração apontam 99,96% de pureza no carbonato de lítio em sua planta piloto.

Por outro lado, Cauchari Leste não tem ainda data de para começo da produção, o projeto é adjacente às iniciativas de exploração de lítio da Orocobre e da Lithium America na mesma salina.

Outra transação na província de Salta foi a compra de 49,9% da Eramine Sudamerica pela Tsingshan Holding no valor de 200 milhões de dólares em 2021. Tsingshan foi estabelecida em 2003 com sua sede em Wenzhou, China, como uma empresa de metalúrgica inicialmente. A empresa conta com operações na China, na Indonésia, nos EUA, na Índia e no Zimbabwe. No setor de produção industrial, a Tsingshan possui uma subsidiária chamada REPT Energy, em Shanghai, que já realizou a capacidade de 8GWH em baterias (TSINGSHAN, 2022).

Eramine Sudamerica foi criada pela francesa Eramet para a exploração do lítio da salina de Centenario-Ratones e conseguiu a aprovação para extração em 2019 (ERAMET, 2022). A francesa ainda possui as ações majoritárias do projeto com 50,1%, gerenciando o projeto no nível operacional com o objetivo de extrair 24 mil toneladas de lítio anualmente até 2026 (ERAMET, 2021a). As condições da extração não são as mais favoráveis na salina, o grande deserto não oferece muitas condições de infraestrutura e a distância dos centros urbanos dificulta a operação (ERAMET, 2021b).

A última transação argentina registrada na Tabela 2 é a compra da canadense Neo Lithium pela empresa chinesa Zijin Mining Group por 737 milhões de dólares. A Zijin, fundada em 1986 com o nome de Shanghang Minerals Company, se destacou primeiramente na mineração de ouro e expandiu para uma grande variedade de metais como cobre, zinco e lítio. A empresa opera desde Shanghai, tem projetos em 15 províncias chinesas e em outros 13 países.

Em Relatório Anual de 2021, a Zijin (2021) afirma que o fornecimento de minerais feito pela empresa contribui para o crescimento econômico global e o desenvolvimento sustentável. Assim como o Banco Mundial (2020), a empresa utiliza a ideia de minerais estratégicos para a uma transição energética. O presidente da Zijin, Chen Jinghe, afirmou que a estratégia da empresa foi reformulada a fim de se tornar uma companhia “verde”, high-tech e líder global em mineração (ZIJIN, 2021). A entrada da mineradora no setor do lítio foi destacada como marco dos avanços na transição energética e das práticas ESG promovidos pela Zijin, com projetos na China, na Argentina e na República Democrática do Congo.

O projeto de lítio na Argentina representou um passo importante no que a empresa chamou de “novos metais de energia” (ZIJIN, 2021). A Neo Lithium começou as operações do projeto 3Q (Três Quebradas) em 2015 na província de Catamarca, já tendo investido 70 milhões

de dólares (NEOLITHIUM, 2022). Em 2021, o estudo para extração de lítio terminou e o projeto começou sua construção com uma durabilidade prevista para 35 anos. A empresa conta com a parceria estratégica da produtora chinesa de baterias CATL, fornecedora de empresas automotivas como a BMW, a Telsa e a Toyota, que possui 8% de suas ações (NEOLITHIUM, 2021).

No Chile, uma única empresa chinesa investiu no setor do lítio, a Tianqi Lithium, com duas transações do tipo F&A. Apesar da quantidade, o volume das transações é o maior entre os três países do Triângulo do Lítio, com mais de 4,3 bilhões de dólares em investimento no total. A aquisição de ações pela Tianqi não resultou, porém, em nenhum projeto ou operação nova de exploração de lítio no Chile.

A Tianqi Lithium foi fundada em 1995 e está sediada em Chengdu na China, a empresa trabalha com novos minerais de energia com foco no lítio. Possui instalações e investimentos na China, na Austrália com o Projeto Greenbushes, e no Chile. Com mais de 167 patentes em tecnologias de extração e em produção de baterias, é considerada a terceira maior mineradora do mundo atrás somente da Albermarle e da SQM (TIANQI LITHIUM, 2022; AMOROS, 2022).

A primeira transação, feita em 2016, foi a compra de 2,09% das ações da SQM, que anteriormente pertenciam à Talison Lithium, por aproximadamente 209 milhões de dólares. Em 2018, a Tianqi comprou mais 23,77% das ações da SQM por 4,1 bilhões de dólares, que estavam com a empresa canadense Nutrien, somando no total 25,86% de participação (ANDRADE, 2019). Com a segunda transação, a empresa se tornou a segunda maior acionista da SQM, atrás somente do Banco de Nova Iorque Mellon, e garantiu três membros no conselho administrativo da empresa com poder de voto (TIANQI LITHIUM, 2019, 2022; SQM, 2021).

As autoridades chilenas inicialmente expressaram sua preocupação que essa compra gerasse um monopólio no mercado mundial do lítio e sua precificação, o que abriu uma investigação por parte da Físcalia Nacional Económica (FNE, 2018a). Isso se deve ao fato de que, a Tianqi está em uma empresa conjunta com o principal competidor da SQM, a Albermarle, que controla a maior planta de lítio do mundo: Greenbushes. Essa *joint-venture* criada em 2007, a Talison Lithium, conta com 51% de participação da Tianqi e opera o projeto de exploração de lítio de Greenbushes que teve início em 1983 (TALISON LITHIUM, 2022).

Essa transação é de extrema importância, além do montante representar mais de 44% do IED chinês no lítio da região, significa o estabelecimento de relações estruturais entre empresas (SQM, Tianqi e Albemarle) que controlam cerca de 70% do mercado mundial de lítio

(FNE, 2018b). Além disso, a participação da Tianqi no Salar do Atacama faz com que as empresas chinesas tenham influência em mais de 84% das reservas de lítio, contanto com Argentina, Chile, Austrália e seu próprio território.

Apesar da preocupação das autoridades, o Tribunal de Defesa da Livre Concorrência (TDLC) aprovou a transação após acordo feito com a FNE, limitando o acesso a segredos comerciais e informações sensíveis da SQM (TDLC, 2018). O acordo extrajudicial descreveu medidas de conduta à Tianqi principalmente sobre como devem ser feitas as nomeações de diretores e notificações à FNE sobre movimentações que influenciem a SQM (FNE, 2018c). Em 2019, na nomeação pela Tianqi dos três novos membros para o conselho executivo da SQM, os selecionados tiveram que assinar termos de compromisso com a FNE (TIANQI LITHIUM, 2019).

A SQM, fundada em 1968 e estatizada em 1970, é uma mineradora que exerce cinco linhas de negócio: Nutrição Vegetal; Iodo e derivados; Lítio e derivados; Potássio e Sais Solares. Com a tomada do poder pelas Forças Armadas no Chile em 1973, foram impostas diversas privatizações para atender à agenda neoliberal de Augusto Pinochet e a SQM iniciou seu processo de privatização em 1983. Em 1993, a empresa começa o contrato de arrendamento da salina do Atacama para a produção de potássio e lítio (SQM, 2022).

Em 2016, a empresa expandiu seus negócios de lítio à Argentina com uma *joint-venture* com a canadense LAC para desenvolver um projeto na salina de Caucharí, iniciam-se operações, também, no Congo (2016) e Austrália (2017). O lítio da SQM representa 19% do mercado, contribuindo em 40% do faturamento da empresa e 92% de seus produtos são para a exportação (SQM, 2021). A empresa terceiriza 59% da sua mão de obra, com um total de 9.036 trabalhadores contratistas que não são considerados nas análises de seu Relatório de Sustentabilidade (2021) sobre qualidade de trabalho.

No caso boliviano, a única transação representa uma *joint-venture* entre a chinesa TBEA Group, com 49% de participação, e a estatal YLB com um investimento inicial no valor de 2,3 bilhões de dólares em 2019. O projeto tem objetivo de produzir lítio em escala comercial nas regiões de Coipasa e Pastos Grandes. Enquanto a TBEA Group fornece o investimento inicial, a YLB irá pagar sua parte na produção de lítio futuramente (REUTERS, 2019).

Após o fracasso do contrato com a FMC Corporation (LITHCO) na década de 1990 e ascensão ao governo de Evo Morales em 2006, foca-se os esforços na planificação da industrialização do lítio na região. Em 2008, se constitui a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), a partir do Decreto Supremo N° 29496, que estruturou a planta piloto de lítio em

Llupi na Salina de Uyuni em 2013 (YLB, 2022a). A industrialização do setor do lítio teve um marco significativo em 2014, com a planta piloto de baterias inaugurada no complexo de La Palca em Potosí com instalação da empresa chinesa LinYiDake.

A exportação de carbonato de lítio da Bolívia começou em 2016, com a primeira venda para China Machinery Engineering Corporation de 9,3 toneladas (YLB, 2022a). Mediante a Lei Nº 928, cria-se a YLB em substituição à Gerência Nacional de Recursos Evaporativos em 2017 (BOLÍVIA, 2017). A estatal é responsável pela realização das atividades de toda a cadeia produtiva do lítio: prospecção, exploração, lucro ou concentração, instalação, implementação, arranque, operação e administração de recursos evaporativos, complexos de química inorgânica, industrialização e comercialização (YLB, 2022a).

Segundo YLB (2022a), a Bolívia é o único país do continente que desenvolve a industrialização do lítio em toda a cadeia produtiva. O envolvimento de empresas privadas deve passar por convocatórias e análises do YLB, assim como a TBEA Group, a alemã ACI Systems passou por essa trajetória para operar no Salar de Uyuni (AGUIRRE, 2022). A convocatória foi a primeira operação da estatal com investimento estrangeiro, o processo se repetiu em 2022 para empresas estrangeiras participarem em projetos de exploração.

Ao contrário de outras empresas da região do Triângulo do Lítio, a YBL faz um processo de avaliação das empresas estrangeiros que é divulgado em informes (YBL, 2022b). A empresa chinesa escolhida em 2019, a TBEA Group, se especializa em soluções na indústria de energia, tendo desenvolvido o primeiro transformador na China em 1938 (TBEA, 2022). Além disso, a TBEA possui uma lógica de trabalho alinhada com a Nova Rota da Seda e uma das primeiras a implementar a estratégia *Going Global* (TBEA, 2019).

Mesmo com a crise política de 2019, a Bolívia mantém sua posição de soberania sobre os recursos naturais do lítio. No caso YLB, podemos ver uma planificação dos investimentos que entram no país, com critérios que impõem os interesses do povo boliviano e do desenvolvimento da indústria do lítio. Apesar de alguns anos atrás o sonho da produção da bateria parecer um “fetichismo de fábrica”, os avanços atuais da YLB demonstram que é possível pensar no lítio como um projeto de longo prazo sem entregar os recursos minerais a um simples extrativismo estrangeiro. Apesar de não colocarem a Bolívia como um líder mundial no setor por conta das questões científico-técnicas e o entorno comercial, esses avanços representam um ganho real para o povo boliviano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o declínio da hegemonia estadunidense pós-Guerra Fria, cria-se um cenário de hegemonia compartilhada com outros possíveis poderes centrais no sistema internacional (DOS SANTOS, 2003). Respalhada com os reflexos das reformas de Deng, a política econômica chinesa do século XXI teve a intenção de converter a China em um país da vanguarda tecnológica capaz de contrastar o mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos (SLIPAK, 2014). Mais recentemente, presenciamos os primeiros passos do processo de transição hegemônica para uma nova ordem mundial com a China como uma forte acumulação e exportação de capitais, além de avanços em seu poder militar (ROMERO, 2021b).

Na sua expansão econômica, a RPC desenvolveu diversas estratégias para distanciar-se da imagem negativa do imperialismo, em particular o estadunidense (FERNÁNDEZ, ROMERO, 2018). Desde 2018 a China é o destino da maioria das exportações da América Latina e Caribe e a origem da maior parte das importações desde 2019 (ALADI, 2022), o que, junto com as iniciativas de integração com a região e tratados bilaterais, demonstram a força da chinesa na região.

A participação dos capitais chineses nos investimentos internacionais, impulsionados pela *Going Global*, foi feita a partir da estratégia com a intenção de construir “campeãs nacionais”, com instituições que filtram quais são investimentos mais “racional” (MENDONÇA *et al*, 2021; SONG, 2017). Houve um aumento expressivo das entradas de investimentos chineses no setor mineral latino-americano, no caso do lítio esse aumento está relacionado à demanda de carbonato de lítio para a produção de baterias. A entrada de IED chinês no setor do lítio na Triângulo do Lítio têm registros desde 2016, somando mais de 9,1 bilhões de dólares em 13 transações (Tabela 2).

No contexto das novas configurações mundiais, esse trabalho focou na entrada do IED chinês na extração do lítio andino. O mapeamento da presença do IED chinês nas empresas que exploram o lítio na região nos permitiu ter um panorama geral das transações e entender a presença do capital chinês no lítio. Analisar a atuação das empresas mineradoras foi essencial para entender o funcionamento das relações de dependência e como afetam a vida das comunidades locais

Com o aumento estimado de 488% na demanda por lítio devido ao crescimento da indústria de baterias de lítio para acompanhar a fabricação de carros elétricos, criou-se uma concepção de mineração climática inteligente para justificar o aumento da extração minérios

como o lítio (Banco Mundial, 2020; UNDESA, 2021). A tentativa de se vender um extrativismo “verde” alude a uma ideia de mineração ambientalmente e climaticamente benigna capaz de alimentar o desenvolvimento, enquanto salva o capital global de suas próprias contradições ecológicas (BRUNA, 2022; VOSKOBOYNIK; ANDREUCCI, 2021).

Nos investimentos chineses no lítio andino, fica evidente o objetivo de garantir o fornecimento de carbonato de lítio para a produção de baterias, já que a maioria das empresas estão ligadas ao setor industrial do lítio. Para além das baterias, a indústria de carros elétricos se destaca com as parcerias assinadas pelas empresas investidoras no lítio latino-americano. Como exemplo disso temos o acordo da Ganfeng com a Tesla e a BMW, e das ações de 8% da CATL (fornecedora da BMW, Tesla e Toyota) na Neolithium (GANGFENG, 2022a; NEOLITHIUM, 2021).

Nas economias fora do centro que tem suas matrizes produtivas voltadas para a mineração, o extrativismo “verde” se traduz em uma reafirmação das relações de dependência recondicionadas nos moldes do monopólio científico-tecnológico da indústria do lítio. A preponderância da ciência sobre a tecnologia e da tecnologia sobre a produção conferiu um papel hegemônico ao conhecimento, à educação, à formação e desenvolvimento de recursos humanos em relação a outros aspectos das forças produtivas (DOS SANTOS, 2003). No ciclo produtivo do lítio, conhecimento, tecnologia e produção estão estreitamente ligados, indo além da dicotomia entre produção e matéria prima (FORNILLO, 2015).

Além disso, a extração intensiva de lítio esgota os recursos hídricos das regiões desérticas onde estão localizadas as salinas, tendo em vista que 65% da água da região do Salar do Atacama é monopolizada pelo setor do lítio (UNCTAD, 2020). No caso argentino e chileno, não há instrumento de monitoramento da qualidade ou uso dessa água que não seja operado pelas próprias empresas de exploração, mesmo as regiões desérticas tendo uma grande vulnerabilidade hídrica. No caso de Salta, os projetos de capital chinês não respeitaram a consulta às comunidades nativas ou garantia dos direitos indígenas protegidos pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BLAIR *et al*, 2022).

A presença chinesa na região não significa a substituição dos preceitos de Washington ou da hegemonia estadunidense, mas a utilização das tendências neoliberais em favor da RPC que surfa na falta de regulação latino-americana. Em sua hegemonia compartilhada com os EUA, a China cria seu próprio “consenso de Beijing” sem contestar a atuação das instituições de Bretton Woods na região (SLIPAK, 2014; DOS SANTOS, 2003).

No contexto do sistema capitalista, as economias do centro da acumulação de

capital têm independência de expandir sua capacidade produtiva enquanto as economias dependentes se delimitam a acompanhar essa expansão. O suposto atraso dessas economias não deve a uma falta de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridos e das leis de desenvolvimento desse sistema (DOS SANTOS, 2011). Um ponto importante levantado sobre o IED chinês no Triângulo do Lítio é que somente uma pequena parte das divisas ingressadas nos países dependentes expandem o setor produtivo com novos projetos, com F&As somando 65% do volume das transações (Tabela 2).

Na era imperialista, o domínio do capital financeiro exige dos Estados dependentes uma capacidade crescente em matéria de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas favoráveis ao investimento estrangeiro (MARINI, 1977). No Triângulo do Lítio, a necessidade por estrutura vinda do Estado é evidenciada pelo uso do saneamento público da cidade de Salta pela Gangfeng Lithium para tratar a água utilizada em sua produção (GANGFENG, 2021b).

Além disso, a estação de energia fotovoltaica de 300MW em Cauchari, que foi subsidiada pela província de Jujuy, será utilizada projeto de Caucharí-Olaroz (GANGENG, 2020a). Esse projeto, além de atender as necessidades da Gangfeng, foi construído por uma subsidiária da Powerchina e financiado pelo Banco de Exportação-Importação da China, não deixando acúmulo de capital algum para a província que está pagando pelo projeto (BANCO EXIM, 2020; DIÁRIO DO POVO, 2020; POWERCHINA, 2021).

O próprio projeto da Nova Rota da Seda, que se justifica por uma lacuna global de investimentos em infraestrutura, é desenhado a partir do partir das necessidades da estrutura produtiva chinesa (MENDONÇA *et al*, 2021). Para o lítio andino, a ICR se torna relevante com o financiamento de duas empresas que investiram na região, a Tibet Summit e a TBEA Group (TIBET SUMMIT, 2016; TBEA, 2022).

Desse modo, o capital estrangeiro e o “auxílio” estrangeiro solucionam problemas que eles próprios criaram nas cadeias de produção dependente se tornando instrumentos de manutenção da dependência (DOS SANTOS, 2011). A acumulação de capitais é levada para o exterior com as importações de insumos e subsídio da infraestrutura para o capital internacional, e quando essa começa a ser produzida internamente, a produção é controlada por grupos estrangeiros (BAMBIRRA, 1978; MARINI, 1977).

No caso do IED chinês no Triângulo do Lítio, há uma conexão com as condições

de dependência e seus determinantes são baseados no excedente dos grandes centros de acumulação. Além disso, as condições internas dos países dependentes moldam a forma de entrada desses investimentos, em que as políticas econômicas são decididas pela oligarquia rural, mineira e comercial exportadora.

Para além disso, vemos uma formação monopólica dos gigantes do lítio, com o estabelecimento de relações estruturais entre SQM, Tianqi e Albemarle que controlam cerca de 70% do mercado mundial de lítio (FNE, 2018b). A influência de empresas chinesa de baterias em 84% das reservas de lítio levanta questões sobre a precificação do lítio, como no caso da Tianqi como segunda maior acionista da SQM. Essa associação entre compradores de lítio e empresas de extração, gera que o interesse do próprio produtor não seja em aumento do preço, mas sim, a sua baixa (SLIPAK, 2015).

O avance do capital chinês vem acompanhado da retirada de capitais canadenses já conhecidos da região e uma perda de influência dos aliados da hegemonia estadunidense na região. Isso representa mais um sintoma da transição hegemônica no sistema capitalista, mantendo o caráter imperialista da entrada do capital estrangeiro na região. Além disso, como já mencionamos, essa troca de “tutela” do lítio significa formação de um monopólio ainda maior por parte do capital financeiro, já que, ao contrário das empresas canadenses, as chinesas estão atreladas à produção no setor.

Os três países do Triângulo do Lítio possuem realidades internas e maneiras de lidarem com o recurso do lítio diferentes. No caso argentino, as transações registradas no setor do lítio na Argentina, apesar de serem mais numerosas, representam o menor montante entre os países da região com apenas 2,1 bilhões de dólares (Tabela 2). Observa-se que a maioria das empresas investidoras são produtoras de baterias, porém não há nenhum projeto que envolva outra parte do processo que não seja a extração.

A tentativa do setor público em se filiar ao capital estrangeiro, nesse caso o chinês, não rende muitos frutos no uso estratégico do mineral e até causam mais gastos com o financiamento de infraestrutura que não é pensada para agregar sua própria matriz produtiva. Os projetos ainda estão em construção na maioria dos casos, sem dúvida nos próximos anos a Argentina significará mais nas exportações de lítio e tendo a china como destino. As relações de dependência não cessam com a troca da origem do capital, mas configuram-se novos desafios, como a dependência tecnológica na tentativa de uma transição energética.

O Chile já possui um papel consolidado de exportador de lítio, a entrada de capitais chineses nessa equação traz dúvidas sobre as negociações dos preços da matéria prima. Com

um de seus principais compradores, a Tianqi, na administração do Salar do Atacama, o preço do lítio permanecer em alta não é um bom negócio. Além disso, o esgotamento dos recursos hídricos e terceirização de 59% da mão de obra, quebram qualquer fantasia que alguém possa ter sobre um extrativismo “verde”.

Na Bolívia, a YLB está em uma direção oposta ao resto da região, por ainda contar com o controle estatal as reservas não são utilizadas conforme a demanda das empresas estrangeiras. Apesar de não competir com as indústrias chinesas de baterias, é o único país na região que desenvolve a industrialização do lítio. As contratações de empresas estrangeiras entram nesse contexto com uma real preocupação por parte da YLB em aumentar suas capacidades produtivas e não como uma corrida para produzir lítio a qualquer custo.

Extrair carbonato de lítio “para ontem” sem ter um objetivo estratégico ou pensar nas comunidades envolvidas não gera desenvolvimento ou um futuro sustentável, mas a depredação dos recursos e culturas locais. O extrativismo “verde” fortalece as relações de dependência em um contexto de revolução científico-tecnológica. Além de não promover a industrialização com a produção de baterias na região, renova as relações dependentes com as tecnologias de produção do lítio estrangeiras.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana. **China: uma inserção externa diferenciada**. Campinas: Economia Política Internacional - Análise Estratégica, n. 7, out/dec. 2005.

AEI, American Enterprise Institute. **China Global Investment Tracker**. 2022. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> Acesso em: 25 out. 2022.

AGUIRRE, Fernando. **The lithium triangle – the importance of Bolivia**. Londres: Journal of Energy & Natural Resources Law, V. 40 N. 2, P. 183-202, 2022.

ALADI, Associação Latino-Americana de Integração. **Sistema de Información de Comercio Exterior de la ALADI**. 2022. Disponível em: <https://www.aladi.org/accesoamercados/> Acesso em: 10 jun. 2022.

ALAM, Hande; KOTTASOVÁ, Ivana; DEWAN, Angela; RAMIREZ, Rachel. **European Parliament says natural gas projects can be considered ‘green’ for investments**. CNN, 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/07/06/world/eu-votes-natural-gas-nuclear-green-sustainable-climate/index.html> Acesso em: 22 nov. 2022.

AMOROS, Raul. **The world’s top 10 lithium mining companies**. Elements, 2022. Disponível em: <https://elements.visualcapitalist.com/the-worlds-top-10-lithium-mining-companies/> Acesso em: 27 out. 2022.

ANDRADE, Manuel Oliveira. **La competencia por el control del triángulo del litio: la disputa China-Estados Unidos y las estrategias de respuesta de las políticas públicas**. In: SALASAR, Cecilia; Alfredo. La región Asia-Pacífico: desafíos para el desarrollo, hoy. La Paz: CIDES – UMSA, 2019.

ARENA MINERALS. **Projects**. 2022. Disponível em: <https://arenaminerals.com/projects/> Acesso em: 15 jul. 2022.

ARGENTINA. **Alberto Fernández recibió a los directivos de Ganfeng Lithium**. 2022. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/alberto-fernandez-recibio-los-directivos-de-ganfeng-lithium> Acesso em: 15 jul. 2022.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial**. Tempo, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX**. Paulo: Boitempo, 2008.

ASTARITA, Rolando. **Economía política de la dependencia y el subdesarrollo**. Colección Textos y Lecturas en Ciencias Sociales. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes

Editorial, 2010.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la Dependencia: una anticrítica**. 1. Ed. Cidade do México: Serie Popular Era, 1978.

BANCO EXIM, Banco de Exportação-Importação da China. 践行绿色发展理念，助力中拉产能合作——进出口银行融资的南美洲最大光伏电站项目并网发电. 新闻资讯. 2020. Disponível em: http://www.eximbank.gov.cn/info/news/202009/t20200924_22284.html Acesso em: 16 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Minerals for Climate Action: the mineral intensity of the clean energy transition**. Washington, 2020.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Data**. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org> Acesso em: 21 fev. 2022.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order**. Monthly Review Press. London, 1968.

BERTOLA, Luis; OCAMPO, José. **Desenvolvimento, Vicissitudes e Desigualdade: uma história econômica da América Latina desde a Independência**. Madri: Secretaria Geral Ibero-americana, 2012.

BIANCO, Lucien. **História Universal Siglo XXI: Asia Contemporânea**. V. 33 Siglo XXI Editores: Cerro del Agua, 1987.

BLAIR, James; BALCÁZAR, Ramón; BARANDIARÁN, Javiera; MAXWELL, Amanda. **Agotado: cómo evitar que la minería del litio agote el recurso hídrico, drene los humedales y perjudique a las comunidades en América del Sur**. Natural Resources Defense Center. Nova Iorque, 2022.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional da Bolívia. **Ley N° 928: ley de 27 de abril de 2017**. Asamblea Legislativa Plurinacional. La Paz, 2017. Disponível em: https://www.ylb.gob.bo/resources/normativa_legal/04_ley_928.2017.pdf Acesso em: 27 out. 2022.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional da. **Constitución Política del Estado (CPE)**. Sucre: 2009.

BREGOLAT, Eugenio. **La Segunda Revolución China**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

BREGOLAT, Eugenio. **The Second Chinese Revolution**. 1ª ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

BRUNA, Natacha. **A Climate-Smart World and the Rise of Green Extractivism**. Londres: Routledge, *The Journal of Peasant Studies*. V. 49, N. 4, 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **América Latina: el pensamiento de la CEPAL**. Colección Tiempo Latinoamericano. Santiago: Editorial Universitaria, 1969.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **CEPALSTAT: bases de datos y publicaciones estadísticas**. 2022. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/> Acesso em: 21 jun. 2022.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Nações Unidas, 2021b.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2021: en busca de una recuperación resiliente y sostenible**. 2021a Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47535-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2021-busca> Acesso em: 21 fev. 2022.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. 1.Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHINA, República Popular da. State Council. Full text of China's **Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing, nov. 2016. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm Acesso em: 10 mar. 2022.

COX Robert. **Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory**. In: KEOHANE, Robert (org.). **Neorealism and Its Critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.

COX, Robert. W. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais**. Londres: Millennium, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapa Geológico da América do Sul**. Ministério de Minas e Energia, Serviço Geológico do Brasil. Brasília, 2019.

DELL, Ronald; RAND, David. **Clean Energy**. RSC Clean Technology Monographs. Cambridge: The Royal Society of Chemistry, 2004.

DENYER, Simon. **Tibetans in anguish as Chinese mines pollute their sacred grasslands.** The Washinton Post. 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/tibetans-in-anguish-as-chinese-mines-pollute-their-sacred-grasslands/2016/12/25/bb6aad06-63bc-11e6-b4d8-33e931b5a26d_story.html Acesso em: 10 ago. 2022.

DIÁLOGO CHINO. **State Grid aumenta presença no Chile com compra da CGE.** 2021. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/nao-categorizado/39680-state-grid-aumenta-presenca-no-chile-com-compra-da-cge/> Acesso em: 17 jun. 2021.

DIÁRIO DO POVO. **Usina fotovoltaica construída pela empresa chinesa alivia falta de energia elétrica na Argentina.** 2020. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2020/1120/c309808-9782553-4.html> Acesso em: 16 out. 2022.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Estrutura da Dependência.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 30, p. 5-18 out. 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. **Subdesenvolvimento e Dependência.** In: LOWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: Balanço e perspectivas.** Obras Escolhidas V. 1. Insular Livros. Florianópolis, 2020.

DOS SANTOS, Theotônio. **Unipolaridade ou hegemonia compartilhada.** In: DOS SANTOS, Theotônio. **Os Impasses da Globalização: hegemonia e contra-hegemonia.** v. 1. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.

DUNNING, John; LUNDAN, Sarianna. **Multinational Enterprises and the Global Economy.** 2ª ed. Edward Elgar Publishing. Northampton, 2008.

DUSSEL PETERS, Enrique. **Características de la inversión extranjera directa china en América Latina (2000-2011).** In: DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **Economía, Comercio e Inversión 2013.** Cidade do México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2013.

DUSSEL PETERS, Enrique. **Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe 2021.** Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China). México, 2021.

DUSSEL PETERS, Enrique. **The Omnipresent Role of China's Public Sector In Its Relationship With Latin America And The Caribbean.** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel. (org.). **Beyond Raw Materials: Who are the actors in the Latin America and Caribbean-China Relationship?** Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2015.

EGLER, Cláudio. **América do Sul: A Desconstrução de um Projeto de Integração Regional.** São Paulo: XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2019.

ERAMET. **2021 Integrated Report.** 2021a. Disponível em: <https://www.eramet.com/sites/default/files/2022-04/2022-04-Eramet%202021%20Integrated%20Report-EN.pdf> Acesso em: 16 out. 2022.

ERAMET. **Eramet in Argentina: press kit.** 2021b. Disponível em: <https://www.eramet.com/sites/default/files/2021-11/Eramet-Press-kit-Lithium-project-Argentina-November2021.pdf> Acesso em: 16 out. 2022.

ERAMET. **Eramine: a world-class lithium production project.** Home. 2022. Disponível em: <https://www.eramet.com/en/eramine-world-class-lithium-production-project> Acesso em: 16 out. 2022.

EXAME. **"Daremos golpe onde quisermos", diz Musk após insinuações sobre a Bolívia.** *Negócios.* 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/daremos-golpe-onde-quisermos-diz-musk-apos-insinuacoes-sobre-a-bolivia/> Acesso em: 22 nov. 2022.

FERNÁNDEZ, Paula Daniela. ROMERO, Fernando. **El Proyecto del Canal Interoceánico en Nicaragua y la Incidencia de Capitales Chinos en América Central.** *Conjuntura Austral*, v. 9 n. 46, 2018.

FNE, Fiscalía Nacional Económica. **Acuerdo Extrajudicial: Fiscalía Nacional Económica y Tianqi Lithium Corporation.** Santiago, 2018c. Disponível em: <https://www.fne.gob.cl/wp-content/uploads/2018/09/Acuerdo-Extrajudicial-FNE-Tianqi-con-firma-27.08.18.pdf> Acesso em: 01 nov. 2022.

FNE, Fiscalía Nacional Económica. **FNE abre investigación sobre compra del 24% de SQM por parte de Tianqi.** *Notícias.* 2018a. Disponível em: <https://www.fne.gob.cl/fne-abre-investigacion-sobre-compra-del-24-de-sqm-por-parte-de-tianqi/> Acesso em: 01 nov. 2022.

FNE, Fiscalía Nacional Económica. **Resolución de Inicio Rol N.º 2493-18 FNE.** Santiago, 2018b. Disponível em: <https://www.fne.gob.cl/wp-content/uploads/2018/06/Resoluci%C3%B3n-de-Inicio-Rol-N-2493-18.pdf> Acesso em: 01 nov. 2022.

FORBES. **Why China Is Dominating Lithium-Ion Battery Production.** Ago. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/rpapier/2019/08/04/why-china-is-dominating-lithium-ion-battery-production/?sh=682770a63786> Acesso em: 01 jun. 2021.

FORNILLO, Bruno. **Geopolítica del Litio: industria, ciencia y energía en Argentina.** 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, 2015.

FORNILLO, Bruno; GAMBÁ, Martina. **Industria, ciencia y política en el Triángulo del Litio.** Entre Ríos: Universidad Nacional de Entre Ríos, Ciencia, Docencia y Tecnología, V. 30, N. 58, mar, 2019.

FRANK, André Gunder. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age.** Berkeley: University of California Press, 1998.

GANFENG LITHIUM. **2021 Annual Report.** 2021a. Disponível em: <https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2022/0426/2022042602622.pdf> Acesso em: 16 out. 2022.

GANFENG LITHIUM. **2021 Sustainability Report.** 2021b. Disponível em: <https://www1.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2022/0427/2022042700014.pdf> Acesso em: 16 out. 2022.

GANFENG LITHIUM. **Development History.** 2022a. Disponível em: http://www.ganfenglithium.com/about1_en.html Acesso em: 15 jul. 2022.

GANFENG LITHIUM. **Ganfeng Mariana Salt Lake Project Held Groundbreaking Ceremony.** Company News. 2022b. Disponível em: http://www.ganfenglithium.com/new_detail_en/id/48.html Acesso em: 16 out. 2022.

GANFENG LITHIUM. **Minera Exar, a joint-venture of Ganfeng lithium industry, won the "Mining Company of the Year" award in Argentina.** 2020b. Disponível em: http://www.ganfenglithium.com/new_detail_en/id/16.html Acesso em: 15 jul. 2022.

GANFENG LITHIUM. **Walk into Ganfeng: Argentina's Cauchari-Olaroz Project.** Company News. 2020a. Disponível em: http://www.ganfenglithium.com/new_detail_en/id/41.html Acesso: 16 out. 2022.

GARCIA, Ana. **Hegemonia e Imperialismo: caracterizações da ordem mundial**

capitalista após a II guerra mundial. *In:* BUGIATO, Caio. **Marxismo e Relações Internacionais.** Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

GRANSOW, Bettina. **Chinese Investment in Latin American Infrastructure: Strategies, Actors, and Risks.** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique; ARMONY, Ariel. (org.). **Beyond Raw Materials: Who are the actors in the Latin America and Caribbean-China Relationship?** Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2015.

HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión.** CLACSO: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Buenos Aires, 2005.

HEREDIA, Florencia; MARTINEZ, Agostina; URTUBEY, Valentina. **The importance of lithium for achieving a low-carbon future: overview of the lithium extraction in the ‘Lithium Triangle’.** Londres: Journal of Energy & Natural Resources Law, V. 38, N. 3, P. 213-236, 2020.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

LENIN, Vladimir Ilyich. **El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo.** Madrid: Fundación Federico Engels, 1917.

LITHIUM X. **Investidor Presentation.** 2022. Disponível em: <https://lithium-x.com/wp-content/uploads/2017/08/LIX2.pdf> Acesso em: 27 set. 2022.

LITHIUM X. **Nextview to Acquire Lithium X Energy Corp.** 2017. Press Releases. Disponível em: <https://lithium-x.com/news-release/nextview-to-acquire-lithium-x-energy-corp/> Acesso em: 27 set. 2022.

MARCHEGINANI, Pía; HELLGREN, Jasmin; GÓMEZ, Leandro. **Extracción de litio en Argentina: un estudio de caso sobre los impactos sociales y ambientales.** Fundación Ambiente y Recurso Naturales. 2018. Disponível em: https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2019/05/DOC_LITIO_ESPA%C3%91OL.pdf Acesso em: 16 out. 2022.

MARINI, Rui Mauro. **Considerações metodológicas sobre a aplicação do marxismo na América Latina.** *In:* LOWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

MARINI, Rui Mauro. **La Acumulación capitalista mundial y el**

subimperialismo. Cuadernos Políticos n. 12. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** livro 1: o processo de produção do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **A China como um duplo pólo na Economia Mundial e a recentralização da economia asiática.** Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), 2006.

MEDEIROS, Carlos. **Dependencia financiera y ciclos de crecimiento en países latinoamericanos.** Revista CICLOS em la historia, la economía y la sociedad, vol. XIX no. 38, 2011.

MENDONÇA, Marco Aurélio; UNGARETTI, Carlos Renato; OLIVEIRA, Juliana Barbosa. **A Nova Rota da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China: redes de financiamento, fluxos de investimento externo direto (IED) e contratos de construção.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

MILLENNIAL LITHIUM. **Fact Sheet: powering tomorrow's generation.** 2022. Disponível em: <https://www.millenniallithium.com/resources/factsheets/factsheet.pdf?v=0.331> Acesso em: 20 jul. 2022.

MILLENNIAL LITHIUM. **Powering Tomorrow's Generation: Corporate Presentation.** 2021. Disponível em: <https://millenniallithium.com/resources/presentations/corporate-presentation.pdf?v=0.326> Acesso em: 16 out. 2022.

MINERA EXAR. **Litio Argentino, Litio Jujeno.** 2022. Disponível em: <https://www.mineraexar.com.ar/> Acesso em: 15 jul. 2022.

MOFCOM, Ministério de Comércio Chinês. **2020 Statistical Bulletin of China's Outward Direct Investment.** Pequim: China Commerce and Trade Press, 2020.

MUSK, Elon. **“We will coup whoever we want! Deal with it.”** 25 jul. 2020. Twitter: @elonmusk. Disponível em: https://twitter.com/elonmusk/status/1286866843307737088?ref_src=twsrc%5Etfw Acesso em: 25 jul. 2020.

NATT, Elisângela; CARRIERI, Alexandre. **Energia Hidrelétrica: a retórica da energia limpa.** In: SARAIVA, Luiz; RAMPAZO, Adriana. **Energia, Organizações e Sociedade.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.

NEO LITHIUM. **The 3Q Project.** 2022. Disponível em:

<https://www.neolithium.ca/project.php> Acesso em: 15 jul. 2022.

NEOLITHIUM. **Tres Quebradas(3Q) Lithium Project**. 2021. Disponível em: <http://www.neolithium.ca/investors.php#presentation> Acesso em: 16 out. 2022.

NEXT VIEW. **NNEL完成收购Lithium X的全部股份**. 2018. Disponível em: <http://www.nextviewcapital.com/xq.php?cid=22&id=153> Acesso em: 20 jul. 2022.

NEXT VIEW. **歌石控股公司将收购加拿大上市公司LITHIUM X ENERGY CORP.全部股份**. 2017. Disponível em: <http://www.nextviewcapital.com/xq.php?cid=22&id=153> Acesso em: 20 jul. 2022.

OBAYA, Martín. **Una mirada estratégica sobre el triángulo del litio: marco normativo y políticas productivas para el desarrollo de capacidades en base a recursos naturales**. Buenos Aires: Fundar, 2021.

OCHA ROLAC, Escritório Regional da América Latina da Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas. **Malha Províncias e Departamentos**. Panamá, 2021.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018.

PALACIO, Luis. **Del Triángulo del litio y el desarrollo sustentable: una crítica del debate sobre la explotación de litio en Sudamérica en el marco del desarrollo capitalista**. Cidade do México: UNAM, Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2012.

POWERCHINA. **公司签署阿根廷胡胡伊省高查瑞200MW光伏项目合同**. 党群工作部. 2021. Disponível em: http://sepc.powerchina.cn/art/2021/4/30/art_8127_1090518.html Acesso em: 16 out. 2022.

RAMOS, Leonardo. **A Contribuição Neogramsciana para os Estudos Internacionais**. In: BUGIATO, Caio. **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021.

RAY, Rebecca; ALBRIGHT, Zara; WANG, Kehan. **China-Latin America Economic Bulletin 2021**. Boston: Boston University, Global Development Policy Center, 2021.

RED ALC-China, Red Académica de América Latina y Caribe Sobre China. **Monitor de la OFDI en América Latina y el Caribe**. 2022.

REUTERS. **Bolivia picks Chinese partner for \$2.3 billion lithium projects**. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-bolivia-lithium-china->

[idUSKCN1PV2F7](#) Acesso em: 20 jul. 2022.

REUTERS. **Tianqi buys stake in lithium miner SQM from Nutrien for \$4.1 billion.** Dez. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-chile-tianqi-lithium-idUSKBN1O217F> Acesso em: 01 jun. 2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. **Geopolítica do Lítio no Século XXI.** Porto Alegre: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, V.6, N.11, 2017. p.197-220.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. **Geopolítica do lítio na América do Sul e as divergências políticas públicas nacionais.** Brasília: Meridiano 47, n. 17, 2016.

ROMERO, Fernando. La sombra del dragón en el ‘Oro Blanco’ de la Argentina andina. *In:* OLIVEIRA, Renata (Org). **Debates Contemporâneos sobre a Região Andina: política, economia e sociedade.** Foz do Iguaçu: CLAEC, 2021^a.

ROMERO, Fernando Wimer. **La covid-19, la transición a un nuevo orden internacional y el ascenso de China.** *In:* POSADA, Edgar; PEÑA, Félix (Org.). **La covid-19 y la integración ante los desafíos de un nuevo orden mundial.** Colección Gridale, V. 6. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2021.

ROMERO, Fernando. **El Imperialismo y el Agro Argentino: historia reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano.** 1^a ed. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2015.

SAFE, State Administration of Foreign Exchange. **"Foreign Exchange Receipts and Payments for First Half of 2017"** Press Conference Transcript. Pequim: SAFE News, 2017. Disponível em: <https://www.safe.gov.cn/en/2017/0720/1289.html> Acesso em: 05 mar. 2022.

SILVA, Silas Thomas da. **Los patrones de internacionalización china en once años del proyecto Going Global.** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **Economía, Comercio e Inversión 2015.** Cidade do México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2015.

SLIPAK, Ariel. **La extracción del litio en la Argentina y el debate sobre la “riqueza natural”.** *In:* FORNILLO, Bruno. **Geopolítica del Lítio: industria, ciencia y energía en Argentina.** 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, 2015.

SLIPAK, Ariel. **Un Análisis del Ascenso de China y sus Vínculos con América**

Latina a la Luz de la Teoría de la Dependencia. Realidad Económica vol. 282. 2014.

SONG, Xiaoyu. **Regulations of Chinese OFDI: general trends in Latin America and the Caribbean (2000-2018).** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges, 2019.** Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

SONG, Xiaoyu. **Una reflexión sobre los estudios actuales de la OFDI china en América Latina y el Caribe.** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique. **América Latina y el Caribe-China. Economía, comercio e inversión 2017.** Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2017

SQM, Sociedad Química Minera. **Acerca de SQM.** Información Corporativa. 2022. Disponível em: <https://www.sqm.com/acerca-de-sqm/informacion-corporativa/somos-sqm/> Acesso em: 15 jul. 2022.

SQM, Sociedad Química Minera. **Reporte de Sostenibilidad.** 2021. Disponível em: https://www.sqm.com/wp-content/uploads/2022/05/reportes-de-sostenibilidad-2021-v15_compressed.pdf Acesso: 15 jul. 2022.

STANLEY, Leonardo. **China's OFDI in Argentina.** *In:* DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges, 2019.** Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

TALISON LITHIUM. **Greenbushes: home to the world's premier lithium mineral asset.** 2022. Disponível em: <https://www.talisonlithium.com/greenbushes-project> Acesso em: 01 nov. 2022.

TBEA. **About Us.** Company Profile. 2022. Disponível em: <https://www.tbea.com/tbea/en/index.html> Acesso em: 27 out. 2022.

TBEA. **TBEA invited to attend the Belt and Road Forum for International Cooperation.** 2019. Disponível em: <https://www.tbea.com/tbea/en/news/2019-04-27/1658421724537> Acesso em: 27 out. 2022.

TDLC, Tribunal de Defesa da Livre Concorrência. **Aprobación AE-16-2018.** Santiago: 2018.

TIANQI LITHIUM. **At a Glance: Tianqi Lithium in Numbers.** Our Company. 2022. Disponível: <http://en.tianqilithium.com/ourcompany/synopsis.html> Acesso em: 20 jul. 2022.

TIANQI LITHIUM. **Tianqi Lithium announces three candidates to be proposed**

for the Board of Directors of Sociedad Química y Minera de Chile S.A. News Releases. 2019. Disponível em: http://en.tianqilithium.com/content/details17_257.html Acesso em: 27 out. 2022.

TIBET SUMMIT. 公司简介. 公司介绍. 2016. Disponível em: <https://www.xizangzhufeng.com/ArticleShow.asp?id=1> Acesso em: 16 out. 2022.

TIBET SUMMIT. 公司阿根廷锂盐湖项目正式开工 开启中阿新能源合作新篇章. 公司新闻. 2021. Disponível em: <https://www.xizangzhufeng.com/ArticleShow.asp?id=78> Acesso em: 16 out. 2022.

TSINGSHAN. **Group Introduction.** About Us. 2022. Disponível em: <https://www.tssgroup.com.cn/en/about-us/group/> Acesso em: 16 out. 2022.

ULLOA, Andrés; BECERRA, Claudia. **Explicando la Inversión China en América Latina.** In: DUSSEL PETERS, Enrique. **América Latina y el Caribe-China. Economía, comercio e inversión 2017.** Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2017.

UN Comtrade. **UN Comtrade Database.** 2022. Disponível em: <https://comtrade.un.org/> Acesso em: 10 mar. 2022.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Handbook of Statistics 2019 – Economic Trends.** 2019. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/tdstat44_en.pdf Acesso em: 10 mar. 2022.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **World Investment Report.** Nova Iorque: Nações Unidas, 2021

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **UNCTADStat.** Nova Iorque: Nações Unidas, 2022.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Commodities At a Glance: special issue on strategic battery raw materials.** V. 1 N. 13 Geneva: Nações Unidas, 2020.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **FDI Geography and The New Generation of FDI Promotion Policies.** Press Release. Geneva, 2001.

UNDESA, United Nations Department of Economic Affairs. **Lithium-Ion Batteries: a pillar for a fossil fuel-free economy?** Frontier Technology Issues. United

Nations. Nova Iorque, 2021.

USGS. United States Geological Survey. **Mineral Commodities Summaries 2022**. Virgínia: USGS, 2022.

VADELL, Javier. **El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la Cooperación Sur-Sur**. Belo Horizonte: Carta Internacional, v. 13, n. 1, 2018.

VOSKOBOYNIK, Daniel Macmillen; ANDREUCCI, Diego. **Greening extractivism: Environmental discourses and resource governance in the ‘Lithium Triangle’**. Londres: EPE: Nature and Space, V. 5 N°. 2, 2021, p. 787-809.

XINFANG, Lin; AYO, Eso. **General Concepto of FDI and China’s FDI**. China Report. Sage Publications. London, 1998.

YBL, Yacimientos de Litio Bolivianos. **Convocatoria Internacional de Extracción Directa de Litio**. 2022b. Disponível em: <https://www.ylb.gob.bo/resources/img/InformeFinalDeResultados.pdf> Acesso em: 01 nov. 2022.

YBL, Yacimientos de Litio Bolivianos. **Acerca del YLB**. 2022a. Disponível em: https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca_de_YLB Acesso em: 20 jul. 2022.

YUE, Lin. **Inversión extranjera directa de China en América Latina**. In DUSSEL PETERS, Enrique (org.). **Economía, Comércio e Inversión 2013**. Cidade do México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2013.

ZÍCARI, Julián. **El mercado del litio desde una perspectiva global: de la Argentina al mundo. Actores, lógicas y dinámicas**. In: FORNILLO, Bruno. **Geopolítica del Litio: industria, ciencia y energía en Argentina**. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, 2015.

ZIJIN, Zijin Mining Group Company Limited. **Annual Report 2021: mining for a better society**. 2021. Disponível em: <https://www.zijinmining.com/investor/year-report.jsp> Acesso em: 16 out. 2022.